



FACULDADE
CÁSPER LÍBERO
1 9 4 7

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

ÁLVARO ESCRIVÃO NETO

**Redes sociais digitais nas manifestações públicas de cunho
político no Brasil: uma análise da produção da Área de
Comunicação entre 2013 e 2017**

SÃO PAULO

2019

ÁLVARO ESCRIVÃO NETO

Redes sociais digitais nas manifestações públicas de cunho político no Brasil: uma análise da produção da Área de Comunicação entre 2013 e 2017

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação — Mestrado em Comunicação — da Faculdade Cásper Líbero, para obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração Comunicação na Contemporaneidade. Linha de pesquisa Processos Midiáticos: Tecnologia, Cidadania e Mercado.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos de Moraes

SÃO PAULO

2019

Escrivão Neto, Álvaro

Redes sociais digitais nas manifestações públicas de cunho político no Brasil: uma análise da produção da Área de Comunicação entre 2013 e 2017/ Álvaro Escrivão Neto. São Paulo, 2019.

84 f. : il ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos de Moraes

1. Manifestações políticas. 2. Protestos. 3. Redes sociais digitais. 4. Redes sociais presenciais. 5. Revisão sistemática de literatura. I. Santos, Marcelo. II. Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado. III. Redes sociais digitais nas manifestações públicas de cunho político no Brasil: uma análise da produção da Área de Comunicação entre 2013 e 2017.

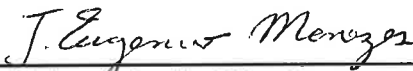
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AUTOR: ÁLVARO ESCRIVÃO NETO

**“REDES SOCIAIS DIGITAIS NAS MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS DE CUNHO
POLÍTICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DA ÁREA DE
COMUNICAÇÃO ENTRE 2013 E 2017”**



**Prof. Dr. Jorge Miklos
Universidade Paulista - UNIP**



**Prof. Dr. José Eugênio de Oliveira Menezes
Faculdade Cásper Líbero - FCL**



**Prof. Dr. Marcelo Santos de Moraes
Faculdade Cásper Líbero - FCL**

Data da Defesa: 17 de abril de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial ao Prof. Dr. Marcelo Santos de Moraes, meu orientador, por sua paciência e dedicação, que foram fundamentais para a concretização desse trabalho.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, pelos ensinamentos recebidos durante as disciplinas ministradas por eles.

Agradeço aos funcionários do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, pelo atendimento gentil e eficiente, sempre que solicitados.

Agradeço a minha família, pelo incentivo e apoio constantes.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar a produção científica da Área de Comunicação a respeito da relação entre as redes sociais digitais e as manifestações públicas de cunho político realizadas no Brasil. A metodologia adotada foi a revisão sistemática da literatura. Esta compreendeu o período que vai de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, e se concentrou nas seguintes bases de dados: periódicos da CAPES; banco de teses e dissertações da CAPES (utilizando-se como filtros as áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas); Compós e Intercom (anais). Os termos-chave empregados para filtragem dos resultados foram: a) manifestações, b) protestos e c) redes sociais. Ao fim da revisão, chegou-se a um corpus de 24 artigos e seis dissertações de mestrado. Tal corpus foi analisado criticamente de modo comparativo. Pôde-se, então, verificar que os trabalhos avaliados orientam-se a partir de certa dicotomia: alguns autores conferem grande importância ao papel das redes sociais digitais na organização dos protestos e na difusão das notícias a respeito deles; o outro grupo de estudiosos, mesmo considerando a relevância das novas tecnologias de informação e comunicação no contexto das recentes manifestações, faz ressalvas e/ou críticas a essas tecnologias e tem reservas em correlacionar diretamente as redes sociais digitais e as manifestações. Manteve-se, em alguma medida, a divisão “populistas tecnocráticos, conservadores midiáticos e cibercriticistas” sugerida por Rüdiger (2016). Enquanto um grupo defendeu que as recentes manifestações ocorridas em várias cidades brasileiras tiveram um elemento relativamente novo, em comparação com manifestações de décadas anteriores, traduzido pelo amplo uso das redes sociais digitais, pelas quais atos eram divulgados e organizados, o outro grupo trouxe à baila os efeitos adversos relacionados ao uso das redes sociais digitais, como a divulgação de notícias falsas, a propagação de ódio e o aumento de radicalismos; também houve, por parte deste grupo, ressalvas em relação à fluidez da coordenação dos movimentos convocados pelas redes sociais digitais, fato que, muitas vezes, implica em falta de direcionamento às mudanças propostas. Outro resultado importante deste estudo foi o de sugerir, a partir das reflexões realizadas, que os movimentos sociais, no contexto contemporâneo das grandes metrópoles, somente crescem e se fortalecem por suas motivações e quando existe associação das redes digitais com as redes presenciais.

Palavras-chave: Manifestações políticas. Protestos. Redes sociais digitais. Redes sociais presenciais. Revisão sistemática de literatura. Área da Comunicação.

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyze the scientific production of the Communication Area regarding the relationship between digital social networks and the public demonstrations of political nature carried out in Brazil. The methodology adopted was the systematic review of the literature that comprised the period from January 2013 to December 2017, and focused on the following databases: CAPES periodicals; CAPES theses and dissertations catalog (using as filters the areas of Applied Social Sciences and Human Sciences); Compós and Intercom (annals). The key terms used to filter the results were: a) manifestations, b) protests and c) social networks. At the end of the review, a corpus of 24 papers and six masters dissertations was established. This corpus was analyzed critically in a comparative way. It can be verified that the works evaluated are oriented from a certain dichotomy: some authors attach great importance to the role of digital social networks in the organization of protests and the diffusion of news about them; the other group of researchers, even considering the relevance of the new information and communication technologies in the context of the recent demonstrations, makes reservations and / or critics to these technologies and is not inclined to directly correlate digital social networks and political demonstrations. The "technocratic populists, media conservatives and cybercriticists" division has been maintained to some extent, as suggested by Rüdiger (2016). While one group argued that the recent demonstrations in several Brazilian cities had a relatively new element, compared to earlier decades, reflected by the widespread use of digital social networks, by which political demonstrations were publicized and organized, the other group brought the adverse effects related to the use of digital social networks, such as the dissemination of fake news, the propagation of hatred and the increase of radicalisms; there were also reservations on the part of this group regarding the fluidity of the coordination of the movements convened by digital social networks, a fact that often implies a lack of direction to the proposed changes. Another important result of this study was to suggest, based on the findings, that social movements, in the contemporary context of large metropolises, only grow and are strengthened by their own motivations and when there is an association of digital networks with the presence of the people organized in off-line networks.

Keywords: Political demonstrations. Protests. Digital social networks. Presential networks. Systematic review of literature. Communication Area.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultados da Revisão Sistemática da Literatura	30
Quadro 2 – Estudos com opiniões favoráveis ao uso das redes sociais digitais	59
Quadro 3 – Estudos com ressalvas e/ou críticas ao uso das redes sociais digitais	64

SUMÁRIO

Introdução	9
1. Capítulo 1 - Referencial teórico	12
1.1 Breve histórico das manifestações públicas no Brasil	12
1.2 Manifestações públicas no Brasil atual	15
1.3 Redes sociais digitais	20
2. Capítulo 2 - Método, Resultados e Discussão	29
2.1 A produção da Área de Comunicação sobre o papel das redes sociais digitais nas manifestações públicas de cunho político no Brasil	29
2.2 Estudos com opiniões favoráveis ao uso das redes sociais digitais	33
2.3 Estudos com ressalvas e/ou críticas ao uso das redes sociais digitais	46
3. Capítulo 3 - Considerações finais	73
Referências	79

Introdução

Partindo do pressuposto de que as redes sociais digitais possibilitam o acesso a informações para grande parcela da população, procuro entender, a partir da produção bibliográfica da Área de Comunicação, se a utilização delas foi responsável pela participação expressiva de pessoas nas manifestações de cunho político que ocuparam, recentemente, as ruas de várias cidades brasileiras, sobretudo das metrópoles.

As redes sociais digitais modificaram o tempo das ações e reações nas manifestações sociopolíticas. A organização dessas manifestações, atualmente, acontece com muita rapidez, quando comparada àquela dos movimentos de décadas passadas. Também houve, supostamente, mudanças na forma de organização, que teria passado de verticalizada, realizada por partidos e sindicatos, para mobilizações em rede, aparentemente construídas de maneira mais horizontal e sem lideranças fixas.

O uso das redes sociais digitais tem modificado as relações político-partidárias, assim como a participação individual no processo político. No contexto das manifestações, as redes sociais digitais parecem permitir às organizações civis um maior poder de comunicação, aumentando o impacto e o alcance das mobilizações.

O que me motivou a escolher esse tema foi minha observação como profissional da área de comunicação e cidadão, nas recentes manifestações ocorridas no Brasil. Considero que o país está passando por um período especial, com uma organização inédita da sociedade civil em favor da contestação da estrutura de poder vigente, e que as redes sociais digitais vêm desempenhando papel de destaque como aglutinadoras e fomentadoras para os diversos movimentos que ganharam corpo nos últimos anos.

Ruas e praças foram completamente tomadas por cidadãos com as mais diversas reivindicações/pautas, governantes se viram confrontados quanto aos seus anseios políticos, uma presidente foi derrubada, eleições foram afetadas e novas formas de fazer jornalismo surgiram, provenientes principalmente da chamada

“mídia alternativa”, nativa digital, organizada a partir dos sites de rede social digital. O discurso dos manifestantes não era uniforme, pois continha elementos progressistas, de liberdade e também de conservadorismo, todos, por certo, presentes na própria sociedade brasileira; presentes nas redes e nas ruas.

As manifestações, que aconteceram a partir de 2013, tiveram início com movimentos urbanos, como o “Movimento Passe Livre”. Pôde-se observar que a cada novo ato desse movimento, crescia o número de participantes, mesmo após ter sido revogado o aumento das tarifas do transporte público, objeto inicial das manifestações. Os protestos se espalharam por várias cidades brasileiras, inclusive em locais onde o “Movimento Passe Livre” não possuía representantes e milhares de pessoas foram às ruas protestar também por outros motivos, sendo a maioria destes relacionada à situação política nacional. O conteúdo produzido diretamente das ruas, pelos celulares dos manifestantes, era divulgado por meio de sites de redes sociais digitais em tempo real. Isto acabou gerando uma comoção entre os indivíduos que, muitas vezes, sem saber qual o motivo dos protestos, sentiram a necessidade de fazer parte deles.

Apesar de o papel das redes sociais digitais ter sido importante na convocação e organização dessas manifestações, deve ser ressaltado que a associação das redes sociais digitais com as redes sociais presenciais e a consequente ocupação do espaço urbano são fundamentais para a ampliação e o fortalecimento desses movimentos. Também cabe ser salientado que o uso das redes sociais digitais aumenta de forma significativa a divulgação de dados inverídicos e o favorecimento de grupos com os mais variados tipos de interesse. A sociedade atual, alicerçada nas novas tecnologias de comunicação, é formada por indivíduos produtores e consumidores de conteúdo, cuja velocidade faz com que uma informação se sobreponha à outra, sem tempo de reflexão.

Diante do que foi exposto acima, acho relevante o tema escolhido para este estudo, devido às profundas mudanças observadas na sociedade brasileira contemporânea, que levaram a uma cultura de protestos e apropriação do espaço público pelos cidadãos, aparentemente catalisada e maximizada pelo uso das redes sociais digitais.

Dessa forma, este trabalho se propõe analisar a produção da Área de Comunicação a respeito das relações entre as redes sociais digitais e as manifestações de cunho político no Brasil, no período de 2013 a 2017, por meio de uma revisão sistemática da literatura. A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro deles, que pode ser lido ao término desta introdução, há um breve histórico das manifestações públicas de cunho político realizadas no Brasil e a recente conexão deste fenômeno com as redes sociais digitais; no capítulo 2, descreve-se a metodologia e apresentam-se os resultados obtidos; finalmente, no capítulo 3, realizam-se as considerações finais sobre a pesquisa, ao modo de uma leitura crítica do que a Área da Comunicação produziu sobre a matéria estudada nesta dissertação.

1. Capítulo 1- Referencial teórico

1.1 Breve histórico das manifestações públicas no Brasil

No Brasil, as mobilizações sociais de grande porte realizadas em cidades, que têm levado os cidadãos às ruas para clamar por seus direitos, ocorrem desde o início do século 20. Então, os direitos trabalhistas eram inexistentes, os salários eram baixos, a jornada de trabalho era longa e havia o emprego maciço da mão de obra infantil. Muitos trabalhadores eram imigrantes europeus, influenciados pelos princípios anarquistas e comunistas. Essa influência foi importante para a eclosão das greves operárias da época, que atingiram o auge no período de 1917 a 1920 (PRADO; COELHO, 2018).

Em julho de 1917 foi deflagrada em São Paulo uma greve geral, causada pelos reflexos da Primeira Guerra Mundial, que paralisou a cidade durante vários dias. Com o início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil tornou-se exportador de gêneros alimentícios aos países da “Tríplice Entente”, reduzindo a oferta de alimentos para o consumo interno e provocando altas em seus preços. O custo de vida aumentou muito e os salários perderam o poder de compra. No dia 9 de julho de 1917, operários organizaram uma passeata, que foi reprimida pela polícia, e um trabalhador foi morto. O assassinato revoltou ainda mais os manifestantes e, alguns dias depois, praticamente todos os operários da capital paulista estavam parados. A imprensa da época considerava as manifestações como anarquistas e os patrões, como caso de polícia. Os passageiros dos bondes, os operários e populares que transitavam pelas ruas eram revistados. A partir dessa época, o movimento operário passou a ser reconhecido como algo representativo, porém, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que unificou toda a legislação trabalhista no Brasil, somente foi criada em 1943 pelo então presidente Getúlio Vargas (PRADO; COELHO, 2018).

A criação da CLT, embora tenha sido uma conquista importante, visava tutelar os trabalhadores, controlar os sindicatos e não contemplava os trabalhadores rurais.

Durante a Ditadura Militar, regime autoritário que governou o país de 1º de abril de 1964 até 15 de março de 1985, muitos manifestantes, que lutaram contra esse regime, nas décadas de 60 e 70, foram torturados e morreram. “A Passeata dos 100 mil” foi uma manifestação popular de protesto contra a ditadura militar, que aconteceu em 16 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, organizada pelo movimento estudantil e com a participação de artistas, intelectuais, setores da Igreja e outros setores da sociedade brasileira (MARADEI, 2015; PRADO; COELHO, 2018).

Outro período importante de manifestações públicas no Brasil foi entre os anos de 1983 e 1984, com as reivindicações de eleições presidenciais diretas, abolidas desde 1964. O movimento “Diretas Já” agregou diversos setores da sociedade brasileira, como partidos políticos de oposição ao regime vigente, lideranças sindicais, artistas, estudantes, jornalistas. As duas maiores manifestações aconteceram no mês de abril de 1984, uma no dia 10, na Candelária, no Rio de Janeiro, com cerca de 1 milhão de participantes e a outra, no dia 16, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, com número estimado de 1,5 milhão de pessoas. Houve violência policial para reprimir as manifestações populares, durante o mês de abril de 1984, e o então presidente João Figueiredo aumentou a censura sobre a imprensa. A campanha pelas “Diretas Já” tinha sido iniciada em 1983, com a Proposta de Emenda Constitucional número 5, do deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT). Essa emenda tinha por objetivo reinstaurar as eleições diretas para presidente da república. A iniciativa ganhou o apoio do grupo oposicionista, que incluía o senador Teotônio Vilela e o deputado Ulysses Guimarães. Apesar de a Emenda ter sido rejeitada na Câmara dos Deputados, o movimento pelas “Diretas Já” teve grande importância na redemocratização do país (TATAGIBA, 2014; MARADEI, 2015; PRADO; COELHO, 2018). No entanto, a democracia somente seria consolidada com a Constituição de 1988.

Em 1989, houve eleições diretas e foi eleito o alagoano Fernando Collor de Melo para presidente do Brasil. Em 1992, começaram a surgir na imprensa denúncias de corrupção, envolvendo o presidente Collor de Mello. Já havia um descontentamento da população com as medidas econômicas do seu governo, que levaram o país à recessão e a uma inflação muito alta, que já vinha ocorrendo desde

o período do regime militar. O movimento “Fora Collor” foi iniciado, nessa ocasião, e teve a participação de milhares de jovens em todo o país (Caras-pintadas), que pediam o impeachment do presidente Collor de Melo (TATAGIBA, 2014; MARADEI, 2015; PRADO; COELHO, 2018).

Os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva foram marcados por crescente despolitização da população brasileira.

Movimentos relacionados ao transporte público, como a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005) deram origem ao Movimento Passe Livre, que luta pelo transporte público gratuito e de qualidade para o conjunto da sociedade. O Movimento Passe Livre foi o deflagrador das Manifestações de Junho de 2013. Seu objetivo inicial era protestar contra os 20 centavos de acréscimo no valor da passagem de ônibus, em São Paulo. Porém, as manifestações se alastraram para várias cidades brasileiras, com ampliação das reivindicações, motivadas principalmente pela situação política do país (TATAGIBA, 2014; MARADEI, 2015). No capítulo 2, onde são descritos os estudos selecionados pela revisão sistemática da literatura, o Movimento Passe Livre será melhor abordado.

As manifestações públicas que ocorreram nas décadas de 80 e 90, como as mobilizações contra a ditadura, “Diretas Já”, “Fora Collor”, tinham pautas claras, havia a presença de lideranças e de partidos políticos, eram organizadas a partir do contato “face a face”, por meio de textos, *flyers*, pois as tecnologias de comunicação disponíveis, na época, eram limitadas. Nas manifestações do século 20, a articulação era voltada para uma demanda comum, com a tendência de se construir uma identificação em torno de um ideário político-ideológico mais unificado. Nas recentes manifestações, a convocatória pelas redes sociais virtuais trouxe as pessoas para a rua quase em tempo real, aumentando o número de manifestantes e os locais de protestos, mas também produziu grande diversidade de demandas, muitas vezes conflitantes e antagônicas entre si. Também em relação ao sistema político-partidário, as manifestações recentes apresentaram antagonismos, indo desde a opção por siglas partidárias até a intolerância em relação à presença de partidos políticos, fato observado nas ruas e explicitado nas redes sociais virtuais (SCHERER-WARREN, 2014 b).

Nas manifestações do século 20, no Brasil, havia um processo organizativo anterior à realização dos eventos de rua e em torno de uma pauta comum, geralmente construída por movimentos sociais estruturados. Em 2013, as manifestações se iniciaram de forma semelhante, em torno das pautas do Movimento Passe Livre, relacionadas ao sistema de mobilidade urbana. Entretanto, essas manifestações foram se transformando, ampliando suas reivindicações, voltadas para o melhor desempenho das instituições políticas e sociais do país. Do ponto de vista organizacional, havia uma mistura de participantes de movimentos organizados, de partidos políticos e cidadãos individualizados, simpatizantes das causas em pauta. O que uniu essa diversidade de atores foi o direito de ser ouvido nos espaços públicos e a reprovação às políticas institucionais de uma forma geral, cujas discussões ocorreram basicamente por meio das redes sociais virtuais, de maneira informal e efêmera (SCHERER-WARREN, 2014 b).

A partir do próximo tópico dessa dissertação, o enfoque será a análise da relação entre as redes sociais digitais e as recentes manifestações ocorridas no Brasil, que se conectam de algum modo ao breve histórico descrito, mas trazem novos elementos quanto ao tipo de reivindicação, com pautas variadas, e ao modo de organização, diretamente conectado a dispositivos móveis comunicacionais e sites de rede social e digital.

1.2 Manifestações públicas no Brasil atual

O aumento da participação popular em manifestações públicas nos últimos anos, no Brasil, especialmente nas grandes cidades, constitui-se em fenômeno que vem sendo cada vez mais estudado (SCHERER-WARREN, 2014 a). O número expressivo de pessoas que passaram a ocupar as ruas evidenciou um desejo de apropriação dos espaços públicos, usualmente utilizados como passagens ou locais para o consumo (ROLNIK, 2011)

Com o aumento crescente dessas manifestações, observa-se, hoje, a participação de um leque diversificado de grupos políticos, culturais, além dos movimentos reivindicatórios de minorias. Com frequência, nos deparamos com uma marcha pelos direitos LGBT, por moradia, pela gratuidade nos transportes coletivos (MARICATO et al, 2013) e também por bandeiras de diferentes colorações ideológicas ou pela defesa de dogmas religiosos, no que pode ser chamado de multidão.

Segundo Hardt e Negri (2005), na multidão existem múltiplas culturas, múltiplas visões de mundo, múltiplos desejos. A multidão não deve ser confundida com o povo, que é uma concepção unitária. O conceito de povo reduz a diversidade a uma unidade, transformando a população em algo único, uma abstração identificável. A multidão, em contrapartida, é múltipla, plural, composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única.

Seja como for, nas praças e ruas das cidades, os ânimos vêm se acirrando entre os diversos grupos de interesse. Este fenômeno, que foi favorecido pelas redes sociais digitais, acabou ganhando as ruas e contribuindo para a criação de uma cultura de protestos no Brasil, recentemente.

Nas manifestações de junho de 2013, pôde-se observar que as redes sociais digitais funcionaram como catalisadoras de todo o processo. Das ruas, o debate voltava mais acirrado às redes sociais virtuais e expressiva parcela da população começou a apresentar posições acerca de temas políticos ou sociais (TULLA I PUJOL; ROCHA; SAMPAIO, 2014). As manifestações atingiram um pico durante a eleição presidencial de 2014 e as redes sociais foram o palco escolhido por muitos cidadãos que procuravam mobilizar correligionários ou partir para o embate.

Por todas estas razões, acredito que o país passa por um momento muito singular e que as redes sociais digitais vêm desempenhando papel de destaque como aglutinadoras e fomentadoras para os diversos movimentos que ganharam corpo nos últimos anos. As redes imprimiram uma velocidade incrível na divulgação de informações, boatos e denúncias.

De acordo com Gondim (2016), as manifestações de junho de 2013 tinham pautas e participantes heterogêneos, sem centros formais de comando e as articulações eram viabilizadas pela Internet.

Eliana Natividade Carlos (2015a; 2015b) destaca que o principal apoio às manifestações do dia 13 de junho de 2013, na cidade de São Paulo, inicialmente se deu por meio das redes sociais digitais e de informações compartilhadas por pessoas que presenciaram o embate, que ocorreu, na ocasião, entre manifestantes e policiais. As imagens divulgadas pelas redes causaram comoção e revolta imediatas. No dia seguinte, a grande mídia passou a apoiar as vozes das ruas e mais pessoas e cidades brasileiras aderiram aos protestos. Embora a autora reconheça a importância das redes sociais digitais neste processo, ela destaca que o papel dos conglomerados de comunicação, sobretudo da televisão, ainda não foi ultrapassado pelas novas tecnologias.

Segundo Eduardo Ritter (2016), as manifestações de junho de 2013 revelaram muito mais do que a capacidade de mobilização popular e a óbvia influência das novas tecnologias. Esse autor ressalta que, além disso, ficaram bastante claras as diferenças entre o discurso midiático dos grandes conglomerados comunicacionais e a vontade e o pensamento do cidadão.

A socióloga Marta Farah (2015), considera que

as manifestações de junho de 2013, marcadas pela forte presença de jovens, reuniram no mesmo espaço público, integrantes de movimentos que defendiam a manifestação como uma ação política e uma massa de indignados com a política e com a ação governamental. Mas, mesmo estes, que rejeitavam a política, fizeram política. Os manifestantes fizeram política porque se posicionaram em relação a temas relevantes da vida social, procurando fazer-se ouvir no espaço público.

Foi questionada a ausência de partidos, de lideranças e de propostas claras. O movimento foi múltiplo, tanto no seu foco quanto na sua composição, e teve uma nova forma de mobilização, por meio das redes sociais. As manifestações foram ouvidas pelos políticos e novos temas foram incorporados na agenda de partidos de direita e esquerda. Cabe ressaltar que nas antigas manifestações públicas no Brasil, já citadas, como “Diretas Já”, “Fora Collor”, existiam pautas bem definidas, havia a presença de partidos políticos e de lideranças, diferentemente das atuais, que têm pautas diversificadas, são organizadas com maior rapidez, com o auxílio das redes sociais digitais, e aparentemente construídas de forma mais horizontal e sem lideranças fixas.

De acordo com Manuel Castells (2013, p.182), nas manifestações de 2013,

no Brasil, os participantes tinham como reivindicação fundamental o direito de serem respeitados como seres humanos e como cidadãos, por uma classe política pouco representativa que vê os votos como seus, seus cargos públicos como direito próprio e suas decisões como indiscutíveis. Ainda segundo este autor, o movimento se constituiu de forma confusa e otimista e deu espaço para a manifestação da consciência de milhares de pessoas

que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo e que estavam conectadas em rede e enredadas na rua [...] A autocomunicação de massa é a plataforma tecnológica da cultura da autonomia, que permite que as críticas e os sonhos do movimento se estendam a maior parte da sociedade (CASTELLS, 2013, p.183 e p.184).

Segundo Castells (2013, p.20 e p.166), os movimentos se tornam virais quando a partir deles muitos cidadãos se inspiram a fazer o mesmo. A emissão e reprodução de informações por meio dos mobilizadores nas redes sociais cooperam para o chamado ciberativismo. Um dos principais objetivos do ciberativismo é criar novos canais de participação para debates de interesse público, implantando ideias no ciberespaço que, posteriormente, vão ganhar as ruas. É importante ressaltar o papel fundamental que desempenham os movimentos sociais presenciais na concretização das aspirações e dos objetivos externados nas redes sociais digitais.

Em 2015, as manifestações mostraram claramente as divisões já evidenciadas em 2013. Os manifestantes de 2015 tiveram bandeiras como o combate à corrupção, impeachment da presidente Dilma e, em menor percentual de participantes, a proposta de retorno à ditadura militar (FARAH, 2015). A mobilização em torno de pautas distintas foi acompanhada por uma crescente polarização da disputa política, que não se deu apenas nas ruas e nas redes sociais.

Segundo Tulla i Pujol, Rocha e Sampaio (2014), a mobilização da população para os protestos, repercutida de forma viral pelas mídias sociais, foi fortalecida pela exposição dos atos públicos pelos diferentes meios de comunicação de massa e revelou uma organização inédita da sociedade civil em favor da contestação da estrutura de poder vigente no país. Esses autores destacam a importância de se analisar o significado e os desdobramentos dessas manifestações quanto ao papel desempenhado pelos veículos de mídia, pela conjuntura de poder estabelecido e pela luta de classes no atual cenário social e econômico brasileiro. Essas variáveis

inter-relacionadas permitiram às manifestações tomar a dimensão que tiveram, ainda que em seu desenrolar a forma dos protestos tenha sobressaído à sua significação.

O levantamento realizado pela Confederação Nacional do Transporte e pelo Instituto MDA Pesquisa (CNT/MDA, 2013), sobre os protestos de junho e julho de 2013 no Brasil, revelou que 80% dos 17 milhões de brasileiros acima de 16 anos, que participaram de alguma manifestação, tiveram conhecimento sobre os eventos por meio das redes sociais digitais. Segundo o mesmo relatório, 79,2% dos manifestantes consideraram as mídias sociais como muito influentes para a formação da opinião pública.

Para Scherer-Warren (2014 b, p.420), os jovens vêm se manifestando cada vez mais pelas redes sociais digitais, usando o suporte das novas tecnologias para se organizar. Mas isso tem sido um meio e não explica o sentido político da ação, que pode ser conflitivo ou antagônico numa mesma rede ou entre sub-redes. Segundo essa autora, as redes digitais divulgam, convocam e expressam posicionamentos, mas quase nunca possibilitam o aprofundamento do debate político, ainda que, em algumas situações, é no interior de sub-redes que interagem com outras sub-redes que mensagens conflitivas aquecem o debate. As redes presenciais dos movimentos sociais organizados continuam tendo um papel político e pedagógico relevante e são, frequentemente, espaços para aprofundar os debates, de acordo com Scherer-Warren.

Segundo a urbanista Raquel Rolnik (2011), as ruas sempre foram um espaço prioritário de reivindicação de direitos e de manifestação pública de opiniões. A novidade, segundo ela, talvez seja a utilização da Internet como ferramenta de mobilização rápida e instantânea, com capacidade de alcançar públicos mais amplos, heterogêneos e não previamente organizados em movimentos, associações, partidos, torcidas ou confrarias. Segundo Rolnik (2011), quando a rua vira palco, o transeunte, que não vive a rua, apenas passa por ela, vira ator, protagonista e, portanto, cidadão.

De acordo com Norval Baitello Jr (2013), as manifestações de protestos dos últimos tempos demonstram que o efeito “máscara”, de identidades anônimas, das redes sociais, pode gerar grandes ondas de mobilizações presenciais, com sensorialidades reais. Assim, a comunicação de distância pode gerar comunicação de proximidade. Entretanto, Baitello destaca a importância de investigar os tipos de

ambientes que estão sendo gerados pelos meios de comunicação, oferecidos pelas novas tecnologias.

Tulla i Pujol, Rocha e Sampaio (2014, p.17) destacam que os “movimentos sociais em rede”, observados nos últimos anos, irão moldar as sociedades do século XXI e merecerão ser melhor analisados pelos intelectuais brasileiros. Para tanto, é fundamental se debruçar sobre a ampla literatura que já existe sobre as redes sociais digitais, evitando-se, assim, deformá-las com perspectivas teóricas e metodologias desenvolvidas para análise de outros objetos da comunicação, como os jornais impressos, a televisão ou mesmo os sites informativos. Este é o assunto da próxima seção.

1.3 Redes Sociais Digitais

Inicialmente, os termos redes sociais e mídias sociais precisam ser definidos. Redes sociais podem ser entendidas como um tipo de relação entre seres humanos, pautada pela flexibilidade de sua estrutura e pela dinâmica entre seus participantes. A ideia de rede, apesar de antiga nas ciências humanas, ganhou força quando a tecnologia passou a colaborar com a construção de redes sociais conectadas pela Internet, estabelecidas pela interação via mídias digitais (MARTINO, 2014). Mídias sociais são um grupo de aplicativos baseados na Internet, construídos a partir das fundações ideológicas e tecnológicas da Web 2.0, e que permitem a criação e o intercâmbio de conteúdo gerado pelo usuário (PRIMO, 2012). Cabe ser ressaltado que a Web 2.0 é

a segunda geração de serviços on-line e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. A Web 2.0 refere-se não apenas a uma combinação de técnicas informáticas, mas também a um determinado período tecnológico, a um conjunto de novas estratégias mercadológicas e a processos de comunicação mediados pelo computador. A Web 2.0 tem repercussões sociais importantes, que potencializam processos de trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e circulação de informações, de construção social de conhecimento apoiada pela informática. A interação social é

caracterizada não apenas pelas mensagens trocadas (o conteúdo) e pelos interagentes que se encontram em um dado contexto (geográfico, social, político, temporal), mas também pelo relacionamento que existe entre eles (PRIMO, 2007, p. 2).

Por isto, quando se fala de manifestações públicas de cunho político que foram organizadas pelas redes sociais digitais, como aquelas tratadas anteriormente, cumpre destacar, para além da relevância técnica, o tipo de interação humana possibilitada pela WEB 2.0: pessoas até então dispersas, interessadas em diversas pautas de mudança, a já citada multidão descrita por Hardt e Negri (2005), encontram-se num contexto específico geográfico (as ruas das grandes cidades), social-político-temporal (o início do século 21 no Brasil, marcado pelo progressivo acesso à Internet móvel e assim a informações *mobile* e *always-on*, em tempo real, não oriundas dos veículos de comunicação de massa, onde há lugar para a voz das minorias, incluindo-se pautas como moradia e transporte público). São estes os elementos que, combinados, propiciam as marchas redes/ruas ocorridas nos últimos tempos.

Deste modo, pode-se dizer que, além dos laços afetivos, das relações de interesse profissional ou de entretenimento, é possível por meio da Internet identificar e convocar cidadãos, em processos nos quais por vezes uns convocam aos outros, em prol de mobilizações pelos mais diferentes tipos de causa, que extrapolam os ambientes digitais sem deles se desvincular. Os agentes das redes sociais criam um ambiente com elevado grau de independência, onde a voz dos emissores e receptores em alguns casos se superpõe, e é medida pelo grau de conectividade dos usuários. Quanto mais interações os sujeitos mantiverem, mais forte será o poder de mobilização (MALINI; ANTOUN, 2013).

Sobre este assunto, Malini e Antoun (2013) destacam as mobilizações ocorridas na Espanha, em 2011, contra a crise financeira do país, seus políticos e o desemprego acentuado dos jovens com o Movimento #15M, iniciado em 15 de maio e organizado pelas redes sociais digitais. Esse movimento propiciou uma ocupação massiva das ruas e praças das cidades espanholas pelos chamados "Indignados", que reivindicavam uma democracia mais participativa. Desde o momento em que o país mergulhou em recessão em 2008, esses foram os protestos mais marcantes e

feitos principalmente por jovens, que montaram acampamentos nas principais praças de todo o país.

Essas manifestações mostraram que, por meio das redes sociais, em um massivo "boca a boca digital", foi possível convocar muitas pessoas que não representavam a ninguém em particular e outras que representavam grupos específicos, passando pelos ativistas de todos os tipos de causa, mas que convergiam para um inimigo comum - os políticos.

Era um movimento de ocupação permanente do espaço público, em que rua e Internet se misturavam. Os ativistas pediam constantemente a abertura das redes de acessos Wi-Fi à Internet por parte da população, para poder manter contínuo o fluxo de informação.

Experiências como as do Movimento #15M demonstram que o poder de comunicação não reside apenas naqueles que têm mais audiência e conexões na Internet, mas sobretudo nos que acumulam mais interações na rede, ou seja, naqueles que mais atuam dentro dela, de quantos grupos o perfil pode criar e mobilizar na Internet. O poder de comunicação, no interior das redes, se revela como um trabalho permanente de cultivo de conversações, respostas e controvérsias on-line.

Segundo Primo (2012), o termo "mídias sociais" pode ser usado como um termo "guarda-chuva" para representar certo conjunto de meios digitais, mas alerta que não se deve tomar a referência ao social como uma explicação determinística. Tecnologia e sociedade se constituem mutuamente. As tecnologias afetam as pessoas e as pessoas afetam as tecnologias. Sites como Facebook e Twitter não foram criados para organizar movimentos sociais de contestação, mas têm esta lógica subvertida e ressignificada a partir do uso das pessoas que interagem por meio dessas redes sociais digitais.

Isto acontece porque de acordo com a teoria ator-rede de Bruno Latour, discutida por Santaella e Cardoso (2015), nos processos sociais há sempre a interação da tecnologia e do humano. Portanto, não seria adequado atribuir somente à tecnologia o aparecimento de mudanças sociais. Tanto o humano quanto o objeto técnico mudam a partir da relação nova, constituída pela conjunção homem/técnica. Assim, não haveria o determinismo da técnica sobre o humano (materialismo) e nem o determinismo do humano sobre a técnica (antropocentrismo). O social, na teoria

ator-rede, tem caráter híbrido, devendo ser entendido como um coletivo sociotécnico de entidades humanas e não humanas. Essa teoria entende o social mais como o resultado de interações do que como um sistema estruturante. Nela, o interesse é perceber o movimento, isto é, perceber como as estruturas são construídas por atores e não como os atores se encaixam no sistema estruturante.

Segundo Recuero (2009), uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos - os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais). Em uma rede pode-se observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, segundo essa autora, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões.

De acordo com Martino (2014), as redes sociais digitais são formadas por atores reais, ou seja, por pessoas que participam e vivenciam os problemas do cotidiano. Na medida em que as redes se caracterizam pela existência de laços firmados a partir de interesses comuns, é possível identificar todo tipo de agrupamento, não apenas uma interação entre os participantes, mas também o engajamento em questões políticas, sociais e culturais. Quem participa das redes on-line são seres humanos ligados às redes do mundo desconectado. Assim como o mundo real é levado para as redes sociais digitais, as discussões on-line têm potencial de gerar atitudes e ações no mundo físico. No atual cenário da sociedade brasileira, as redes sociais digitais consistem em um meio eficaz de disseminar ideias comuns entre os usuários, bem como de organizá-los para levar as suas demandas às ruas. Observando as manifestações ocorridas recentemente no Brasil, percebemos que as redes sociais virtuais foram fundamentais para a organização das reivindicações da coletividade.

Rüdiger (2016) ressalta que, na mídia digital, a comunicação é interativa tanto no sentido específico quanto ampliado, ao mesmo tempo. Ampliado, porque permite a interação humana ativa e em mão dupla com os próprios meios e equipamento que a viabilizam. Específico, porque permite ainda a interação social ativa e em mão dupla entre os seres humanos, ao possibilitar o aparecimento de redes participativas que ultrapassam a pura e simples interligação social, como ocorria na antiga mídia. O autor destaca que as redes sociais, os blogues, chats e

sistemas de troca de mensagens são algumas das expressões que ajudam a estruturar a cibercultura.

O estudo das redes sociais na Internet coloca em destaque o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas. Para entender o funcionamento das redes é preciso também analisar seus elementos e processos dinâmicos. Os atores são o primeiro elemento da rede social, representados pelos nós. O que está sendo analisado são as pessoas envolvidas na rede. Como partes do sistema, os atores atuam de forma a moldar as estruturas sociais, por meio da interação e da constituição de laços sociais. Devido ao distanciamento entre os envolvidos na interação social, principal característica da comunicação mediada por computador, os atores não são imediatamente discerníveis. Dessa forma, são consideradas as representações dos atores sociais ou as construções relacionadas às suas identidades no ciberespaço. Um ator pode ser representado por um blog, um twitter. Essas ferramentas podem apresentar um único nó, como um blog, que é mantido por vários atores, ou seja, um grupo de autores do mesmo blog coletivo. São espaços de interação, lugares de fala, construídos pelos atores de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade (RECUERO, 2009).

Enquanto os atores representam os nós da rede, as conexões de uma rede social podem ser percebidas de diversas maneiras. As conexões em uma rede social são constituídas dos laços sociais, que são formados pela interação social entre os atores. Nesse sentido, podemos entender os indivíduos que participam de uma manifestação como os nós de uma rede, que se forma para garantir que o movimento atinja seus objetivos.

Recuero (2009) define a interação como a ação de comunicação entre o indivíduo e seus pares, como reflexo social, e destaca que o ciberespaço e as ferramentas de comunicação possuem particularidades a respeito da interação e que existem vários fatores diferenciais nesse processo. O primeiro deles é que os atores não são imediatamente conhecidos. Não existem pistas da linguagem não verbal e da interpretação do contexto da interação. Tudo é construído pela mediação do computador. O segundo fator importante é a influência das possibilidades de

comunicação das ferramentas utilizadas pelos atores. Também aponta que a interação social, no âmbito do ciberespaço, pode se dar de forma síncrona ou assíncrona. Uma comunicação síncrona é aquela que simula uma interação em tempo real. Os agentes envolvidos têm uma expectativa de resposta imediata ou quase imediata, estão ambos presentes (on-line) no mesmo momento temporal. É o caso dos canais de chat ou mesmo de conversas nos sistemas de mensagens. Já o e-mail, tem características mais assíncronas, pois a expectativa de resposta não é imediata. Espera-se que o ator, por não estar presente no momento temporal da interação, possa respondê-la depois.

Outro fator característico da interação mediada pelo computador é sua capacidade de migração. As interações entre atores sociais podem se espalhar entre as diversas plataformas de comunicação.

A interação mediada pelo computador é geradora de relações sociais, que irão gerar laços sociais. Garton, Haythornthwaite e Wellman (1997) explicam que as relações sociais, no contexto da mediação pelo computador, apresentam diferenças vitais com relação aos demais contextos. Para os autores, no âmbito da Internet, as relações tendem a ser mais variadas, pois há troca de diferentes tipos de informação em diferentes sistemas, como trocas relacionadas ao trabalho, à esfera pessoal e a outros assuntos.

A mediação pelo computador traz aspectos importantes para a relação social, como o distanciamento entre as pessoas envolvidas, ficando, assim, mais fácil iniciar e terminar relações. Por outro lado, a comunicação mediada por computador proporciona a manutenção de laços sociais fortes mesmo com as pessoas separadas por grandes distâncias, graças a ferramentas como o Skype, os messengers, e-mails e chats. A Internet propicia que os laços sociais possam ser mantidos também off-line (RECUERO, 2009). Como exemplo, podemos citar o caso das manifestações ocorridas no Brasil, nos últimos anos, onde com frequência os indivíduos iniciavam um contato on-line, que posteriormente se desdobrava para o contato nas ruas, ou seja, off-line.

Outro conceito relacionado às redes sociais é o de capital social, definido como o valor constituído a partir das interações entre os atores sociais. Para Putnam

(2000), capital social engloba dois aspectos essenciais: o individual e o coletivo. O aspecto individual vem dos interesses dos indivíduos em fazer parte de uma rede social para seu próprio benefício. O aspecto coletivo vem do fato de que o capital social individual se reflete amplamente na esfera coletiva do grupo. Esse mecanismo pode ser observado na organização e realização de protestos, onde os manifestantes partem de interesses individuais, com motivações diversas, e ao mesmo tempo contribuem coletivamente.

De acordo com Recuero (2009), o capital social pode auxiliar na compreensão dos laços sociais e do tipo de rede social formada por meio das ferramentas sociais observadas na Internet. Segundo essa autora, é necessário entender não apenas a existência das conexões entre atores nas redes sociais, mas também o conteúdo dessas conexões, por meio da análise de suas interações e conversações. Esse conteúdo pode auxiliar na compreensão da qualidade dessas conexões de forma mais completa.

Recuero (2009), resumidamente, destaca os elementos que compõem uma rede social na Internet e como esses podem ser percebidos. Saliencia que as ferramentas de comunicação mediada pelo computador geram determinadas formas de expressão que ajudam a individualizar os atores que fazem parte da interação. Essas formas de expressão constituem os nós das redes sociais e as interações, que irão acontecer entre os diversos atores, é que vão constituir o substrato sobre o qual formarão os laços sociais, que constituem as conexões da rede. Esses laços podem ser fortes e fracos, de acordo com a qualidade das interações e das trocas sociais estabelecidas entre os atores. Essas trocas são constituídas de elementos fundamentais, chamados de capital social. Esse capital é construído e negociado entre os atores e permite o aprofundamento dos laços e a sedimentação dos grupos. A Internet tem efeitos sobre a criação e a manutenção dos diversos tipos de capital social.

Nas redes sociais na Internet, a cooperação pode aparecer na formação de grupos, como os blogues coletivos, que são produzidos por um grupo de pessoas. Eles dependem da cooperação de todos os envolvidos para continuarem a existir, ou seja, há necessidade de atualizar, ler comentários e dividir as informações. Antoun (2004) ressalta a presença da cooperação nas redes mediadas pela Internet, citando

como exemplo as organizações terroristas, os movimentos reacionários e as tentativas de controle do estado. Para o autor, as comunidades virtuais são constituídas como forma de organização na cibercultura, uma forma básica de cooperação social.

As comunidades digitais têm se afirmado como forma típica de organização da cibercultura. Elas surgiram baseadas na multiplicação do conhecimento produzido e apropriado como um bem comum. Fundadas na lógica de que o participante agrega a informação ou o conhecimento que possui para o debate, tendo como contrapartida todas as informações e os conhecimentos dos demais membros, as comunidades virtuais produziram inúmeros serviços de comunicação. Os sites de redes sociais são capazes de construir e facilitar a emergência de tipos de capital social, que não são facilmente acessíveis aos atores sociais no espaço off-line. A primeira mudança significativa que os sites de redes sociais proporcionaram diz respeito ao capital social relacional. Esses sites propiciam que os atores aumentem significativamente suas conexões sociais, amplificando a expressão da rede social e a conectividade dos grupos sociais. Os sites de redes sociais permitem aos atores estarem mais conectados, ocorrendo um aumento da visibilidade social desses nós. Quanto mais conectado está o nó, maiores as chances de que ele receba determinados tipos de informação que estão circulando na rede e de obter suporte social quando solicitar (RECUERO, 2009).

Cibercultura, que apareceu como termo nos anos 1960, pode ser definida como

um conjunto de práticas e representações que surge e se desenvolve com a crescente mediação da vida cotidiana pelas tecnologias de informação e, assim, pelo pensamento cibernético e pela civilização maquinística (RÜDIGER, 2016, p. 297)

Rüdiger (2016, p.26) destaca três linhas de abordagem relacionadas à análise da cibercultura: o populismo tecnófilo, representado por um coletivo formado, principalmente, por profissionais e pesquisadores ligados aos negócios de informática e comunicação. De acordo com esses tecnófilos, estamos em meio a uma revolução cultural, embasada na expansão das mídias digitais interativas, que tende a reduzir o poder das empresas multimídia de maior porte sobre o público e

anuncia o declínio da autoridade dos especialistas em cultura e comunicação. O princípio social mais importante é o de que o público determina a forma e o conteúdo do meio, ou seja, ele estrutura e controla a comunicação. O conhecimento passou a se disseminar horizontalmente, dando maior poder ao indivíduo em relação às organizações verticais e centralizadas da velha mídia e das indústrias da cultura. Por outro lado, o conservadorismo midiático, representado, sobretudo, por acadêmicos literários ou militantes e intelectuais de formação mais tradicional, contesta a visão tecnófila e destaca que o problema não está na rede, mas nos conteúdos e processos que dela emergem. A colonização do ciberespaço e a apropriação da palavra pelo público não têm sinal cultural e formativo necessariamente favoráveis para a humanidade. E a terceira abordagem, o cibercriticismo, é caracterizada pelo interesse em refletir sobre as conexões entre cibercultura e poder (político, social e econômico), levando em consideração os problemas e desafios que isso acarreta para o sujeito social.

Com o objetivo de compreender como a Área de Comunicação tem estudado e discutido o fenômeno do entrelaçamento entre redes sociais digitais e ruas nas manifestações recentes de cunho político ocorridas no Brasil, realizou-se uma revisão sistemática de literatura, através da qual criou-se o objeto de estudo desta dissertação. Este é o assunto do próximo capítulo.

2. Capítulo 2 – Método, Resultados e Discussão

2.1 A produção da Área de Comunicação sobre o papel das redes sociais digitais nas manifestações públicas de cunho político no Brasil

Este trabalho foi baseado em revisão sistemática da literatura, que consiste em um tipo de pesquisa científica que reúne estudos sobre uma questão previamente formulada, utilizando-se bases de dados da literatura que tratam do assunto a ser investigado. A revisão sistemática objetiva responder à pergunta da pesquisa a partir da busca, seleção, avaliação e análise dos estudos, com a utilização de palavras chave relacionadas ao tema pesquisado, de filtros e critérios de inclusão e exclusão bem definidos (DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO; TAKAHASHI; BERTOLOZZI, 2011; GOMES; CAMINHA, 2014).

De acordo com Sampaio e Mancini (2007), as etapas a serem seguidas para a realização de uma revisão sistemática são: definir a pergunta da pesquisa; identificar as bases de dados para a consulta; determinar as palavras-chave e estratégias de busca; estabelecer critérios para a seleção dos artigos; justificar as exclusões; analisar os estudos incluídos na revisão; fazer um resumo crítico, sintetizando as informações disponibilizadas pelos artigos que foram selecionados e apresentar as conclusões.

A escolha da revisão sistemática se justifica por ela utilizar fontes abrangentes, por apresentar uma estratégia de busca explícita, pelos critérios uniformes usados na seleção dos estudos e pelo fato de as inferências serem baseadas em resultados de pesquisas.

Para este estudo foram utilizadas as seguintes bases de dados: periódicos da CAPES; banco de teses e dissertações da CAPES; Compós e Intercom (anais). Na busca, as palavras chave usadas foram: manifestações, protestos e redes sociais, empregando-se como filtros as áreas de “Ciências Sociais Aplicadas” e “Ciências Humanas” para os periódicos e o banco de teses e dissertações da

CAPES e o período de 2013 a 2017. Foram usados como critérios de inclusão as manifestações de cunho político, o país (Brasil) e o uso de redes sociais digitais. Os estudos que abordavam outros tipos de manifestações, outros países e que não tinham relação com as redes sociais digitais foram excluídos. Após a aplicação dos filtros e dos critérios de inclusão e exclusão, já descritos acima, foram obtidos resultados preliminares. A partir desses resultados, foi realizado um refinamento dos dados, por meio da leitura dos *abstracts* dos artigos e das dissertações. Quando o *abstract* continha todos os elementos do tema pesquisado, era realizada a leitura do artigo, na íntegra, sendo este incluído na revisão sistemática. Cabe ressaltar que, durante a realização dessa pesquisa, foi encontrado número significativo de artigos e dissertações, como demonstrado abaixo, que abordavam a questão dos movimentos sociais de cunho político no Brasil, porém, percentual baixo deles dedicava-se a explorar detalhadamente a relação entre as manifestações e a utilização das redes sociais digitais.

Foram encontrados 600 artigos na pesquisa dos periódicos da CAPES e selecionados 17; 1.320 ocorrências no banco de teses e dissertações da CAPES, tendo sido selecionadas 6 dissertações; 153 artigos nos Anais da Intercom e selecionados 4; 12 artigos nos Anais da Compós e selecionados 3. Esses resultados podem ser visualizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Resultados da Revisão Sistemática da Literatura

Bases de Dados	Estudos Encontrados	Estudos Selecionados
Periódicos CAPES	600	17
Banco Teses/Dissertações CAPES	1.320	6 Dissertações
Anais Intercom	153	4
Anais Compós	12	3

Do total de estudos encontrados, foram selecionados apenas aqueles que analisaram ou discutiram diretamente as relações entre as manifestações de cunho

político no Brasil, nos últimos cinco anos, e o uso das redes sociais digitais, conforme o já relatado objetivo desta pesquisa.

Analisando os estudos selecionados, pôde-se perceber que alguns autores apontam a importância do papel das redes sociais digitais na organização dos protestos e na difusão das notícias a respeito deles e que outros estudiosos do assunto, mesmo considerando a relevância das novas tecnologias de informação e comunicação, no contexto das recentes manifestações, fazem ressalvas e/ou críticas a elas.

O grupo de autores com opiniões claramente favoráveis ao uso das redes sociais digitais, nas recentes manifestações ocorridas no Brasil, poderia ser incluído, segundo a definição de Rüdiger (2016, p. 26) citada no início desta dissertação, na categoria dos tecnófilos (populistas tecnocráticos), ou seja, aqueles que consideram que “estamos em meio a uma revolução cultural, embasada na expansão das mídias digitais interativas”, em que o público determina a forma e o conteúdo do meio, estruturando e controlando a comunicação. Assim, o conteúdo passa a ser disseminado de maneira horizontal, propiciando maior poder ao indivíduo em relação às organizações verticais e centralizadas (RÜDIGER, 2016, p. 35 e p. 36).

O outro grupo de autores pode ser comparado à corrente dos que contestam a visão tecnófila e fazem críticas em relação ao uso das redes sociais digitais (conservadores midiáticos) e à tendência que procura refletir sobre as conexões entre as tecnologias digitais de comunicação e o poder (político, social e econômico), levando em conta os problemas e desafios que isso acarreta (cibercriticismo) (RÜDIGER, 2016, p. 26). Os conservadores midiáticos ressaltam, como problema, os conteúdos que emergem das redes sociais digitais e afirmam que a apropriação da palavra pelo público não tem sinal cultural e formativo necessariamente favoráveis para a humanidade. Além disso, consideram que as redes sociais digitais, como meio de participação pública no processo político, podem derrubar e também fortalecer tanto regimes políticos autoritários quanto democráticos. “A crença no poder emancipatório da mídia digital é fruto de uma maneira muito pobre de entender a prática política e de uma forma muito ingênua de promover a democracia” (RÜDIGER, 2016, p.38).

A seguir, serão descritos os resultados encontrados, divididos em dois grupos, de acordo com as opiniões dos autores: um grupo com opiniões favoráveis ao uso das redes sociais digitais, nas manifestações dos últimos anos no Brasil, e outro grupo com ressalvas e/ou críticas à utilização dessas redes.

2.2 Estudos com opiniões favoráveis ao uso das redes sociais digitais

- O artigo de Marina Amâncio e Leandro de Paula (2014) faz uma análise do papel das mídias digitais durante a organização e realização das manifestações ocorridas no Brasil, no mês de junho de 2013. Chamam a atenção para a principal característica, que foi o fato de elas terem sido organizadas e difundidas pelas redes sociais, permitindo que se reunisse grande número de pessoas em curto espaço de tempo. Citam que a principal rede social utilizada foi o Facebook e que foi comum, durante as manifestações, serem visualizados cartazes com mensagens, que representavam essa conectividade, como, por exemplo, “Saimos do Facebook”. A presença expressiva de jovens, nessas manifestações, mostra que eles utilizam esse tipo de rede social não apenas como forma de lazer, mas também como uma ferramenta para lutar por seus direitos.

Os autores concluem que, nas manifestações de junho de 2013 no Brasil, a utilização de redes sociais propiciou a organização e promoção de atos em diversas capitais brasileiras, os quais ocorreram de forma simultânea e viraram notícia no mundo inteiro. Afirmam que as mídias digitais estão contribuindo para a transformação de muitos aspectos da nossa sociedade, como a reivindicação de seus direitos, por meio de manifestações públicas abrangentes.

- Alexandre Ramos e Régia Oliveira (2014) discutem em um artigo a relação entre tecnologia e sociedade, a partir da compreensão da articulação entre redes sociais e adesão às manifestações de rua.

Os autores tiveram como objetivo discutir o processo de interação, participação política e comunicação entre indivíduos, por meio das redes sociais Facebook, procurando entender o sentido das participações nas manifestações, de acordo com conceitos de identidade e identificação, no contexto de massa.

Ressaltam que as manifestações nas ruas de São Paulo, em 2013, lideradas pelo Movimento Passe Livre, revelaram o redimensionamento do espaço urbano, ou seja, o espaço foi ocupado por manifestações de diferentes vozes, reivindicações e

interesses, organizadas pelas redes sociais, instrumento tecnológico fundamental na divulgação e participação dos indivíduos.

Os autores comentam sobre o aumento crescente de pessoas a cada novo ato desse Movimento e que, no dia 20 de junho de 2013, houve participação maciça, mesmo tendo sido revogado o aumento das tarifas do transporte público, na véspera. Também citam o fato de os protestos terem se espalhado por várias capitais e cidades brasileiras, inclusive em locais onde o Movimento Passe Livre não possuía representantes, e que milhares de pessoas foram às ruas protestar por diversos motivos, sendo a maioria deles relacionada à situação política nacional.

- Ramos e Oliveira (2014) atribuem a coexistência de diferentes grupos nessas manifestações à inteligibilidade das redes sociais como meio de comunicação, sinalizando a importância desse veículo na sociabilidade contemporânea. Também salientam a relevância do papel das redes sociais nesses episódios, devido à cobertura, muitas vezes, enviesada dos meios tradicionais de comunicação, que consideram como notícia os fatos que eles selecionam para chegar aos telespectadores ou ouvintes.

Segundo Ramos e Oliveira (2014), as manifestações de 2013 nas ruas de cidades brasileiras expressaram diversos interesses e reivindicações, como a luta pela igualdade, por causas ambientais, pelo acesso à educação de qualidade, pela melhoria do sistema de saúde, entre outros temas, que acabaram acolhendo diferentes identidades e identificações, mobilizadas via redes sociais digitais. Essa tecnologia proporcionou a interação entre indivíduos de diferentes identidades e identificações no espaço das ruas, iniciada pela interação virtual.

De acordo com Martino (2014), as redes sociais virtuais são formadas por atores reais, ou seja, por pessoas que participam e vivenciam os problemas do cotidiano. Na medida em que as redes se caracterizam pela existência de laços firmados a partir de interesses comuns, é possível identificar todo tipo de agrupamento, não apenas uma interação entre os participantes, mas também o engajamento em questões políticas, sociais e culturais. Quem participa das redes on-line são seres humanos ligados às redes do mundo desconectado. Assim como o mundo real é levado para as redes sociais digitais, as discussões on-line têm potencial de gerar atitudes e ações no mundo físico.

- Keila Cristina Gonçalves Rosa e Tiago Quiroga Fausto Neto (2016) também analisaram as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, discutindo em um artigo a experiência política mediada pelas mídias sociais on-line, a partir do Movimento Passe Livre e da cobertura da TV Globo. Os pesquisadores destacam o nascimento de um país politicamente diferente, com número surpreendente de manifestantes, em função do poder de aglutinação das mídias sociais. Também comentam que a imprensa tradicional demorou a reagir e que, no início, abordou de forma negativa essas manifestações.

Ressaltam que, nas manifestações de junho de 2013, havia um ambiente diferente comparado ao de movimentos sociais passados, tendo o espaço virtual se constituído em nova forma de fazer política.

Concluem que esses eventos não teriam a dimensão, a rapidez e o poder convocatório que tiveram se não fosse utilizada a comunicação via redes sociais on-line e que, talvez, esse tipo de comunicação se consolide como um novo espaço político, capaz de dar sustentação aos movimentos sociais frente à supremacia da grande imprensa.

- Patricia Gonçalves da Conceição Rossini (2014), em seu artigo, considera que o papel das mídias sociais digitais é fornecer aos cidadãos novas oportunidades de organização, mobilização, comunicação e reconhecimento de suas necessidades e instrumentalizá-los para que suas reivindicações saiam dos limites da rede, cheguem ao espaço público e influenciem a tomada de decisões políticas.

Segundo Rossini (2014), as tecnologias sociais digitais são “armas” valiosas nas lutas por reconhecimento. Ressalta que, embora os efeitos dessas tecnologias dependam de fatores como a natureza do regime político vigente e de motivações da sociedade, o seu uso pode ser capaz de transformar a relação entre a população, a mídia e as esferas do poder.

- Karla Azeredo Ribeiro Marinho (2013) afirma, no seu artigo, que no mês de junho de 2013, o espaço público brasileiro foi palco de uma verdadeira insurreição popular, que com tamanha efervescência tomou conta das ruas, colocando o país na mira dos holofotes internacionais.

Destaca que as notícias referentes à Copa das Confederações, que deveriam ocupar lugar de destaque, foram superadas por aquelas que diziam respeito às sucessivas manifestações populares que aconteceram em cidades brasileiras, na ocasião. Relata que muitos veículos de comunicação chegaram a usar a expressão “A Copa das Manifestações”, em alusão aos atos ocorridos nas ruas durante o evento esportivo que estava acontecendo no Brasil.

A autora comenta sobre as agressões sofridas pelos manifestantes e também por jornalistas, quando foram reprimidos pelas forças policiais, e que as cenas de agressão eram registradas e veiculadas na rede por cidadãos que filmavam com celulares, causando indignação e atraindo maior número de pessoas aos protestos. Houve a mobilização de milhares de pessoas, que tomaram as ruas com demandas diversas e com uma palavra de ordem comum em todos os protestos que se seguiram pelo país: “Não são só 20 centavos”, em referência ao aumento do valor dos transportes públicos.

- Marinho (2013) destaca que, inicialmente, os editoriais das mídias tradicionais criticavam as mobilizações e mudaram o tom dos seus discursos, a partir do momento que houve adesão expressiva aos protestos e as cenas de agressão aconteceram, e passaram a focar sua cobertura no despreparo da polícia em lidar com a situação, exaltando o momento histórico democrático.

A autora também comenta que, apesar de o Brasil não ter toda a sua população conectada, as manifestações que ocorreram em junho de 2013 foram organizadas pelas redes sociais. Destaca que os indivíduos mais ativos politicamente serviram de referência para aqueles que, mesmo desconectados, juntaram-se nos espaços públicos das ruas, com pautas reivindicatórias semelhantes.

Segundo Marinho (2013), as mídias digitais foram muito influentes na produção das mensagens de protesto, na condução da cobertura pelas emissoras tradicionais, na aglutinação de milhares de cidadãos, que entenderam que suas reivindicações compartilhadas e unidas poderiam ser ouvidas com mais facilidade. De acordo com a autora,

ao sair do formato tradicional de recepção de informações, onde os indivíduos recebem como consumidores o produto final deste processo de produção, os indivíduos conectados puderam expor suas subjetividades num movimento multiterritorializante de informação (MARINHO, 2013, p. 13).

- O artigo de Gabriela Zago, Raquel Recuero e Marco Toledo Bastos (2014) discute o papel do Twitter na difusão de informações nos protestos realizados no Brasil a partir de junho de 2013, considerando três grupos de usuários (ativistas, celebridades e imprensa).

Destacam que, enquanto a imprensa fornece a narrativa tradicional dos acontecimentos, o grupo “celebridades” complementa essa cobertura por intermédio dos seus tweets e a informação acaba sendo ainda mais repercutida pelos “ativistas”, que, ao retuitarem as informações, colaboram para difundi-las para diferentes redes.

Os autores afirmam que, enquanto celebridades e imprensa dão visibilidade aos protestos pela cobertura dos acontecimentos, os ativistas contribuem para a repercussão dessas mensagens. Há uma retroalimentação e uma relação de complementaridade entre os três papéis analisados.

Ressaltam que, no contexto digital, a participação política é mais ampla e engloba outras ações, além do envolvimento direto na manifestação e que se não houvesse a divulgação dos fatos ocorridos nas ruas, talvez essas manifestações não tivessem atingido as proporções que atingiram. Também comentam que sem uma cobertura paralela à da imprensa, possivelmente, a narrativa dos protestos fosse outra.

- Liliane Dutra Brignol (2014) descreve em um artigo o seu estudo, que teve como objetivo entender o papel das redes sociais on-line nas mobilizações ocorridas no mês de junho de 2013 no Brasil. Nesse estudo, ela faz uma observação exploratória em protestos na cidade de Santa Maria - Rio Grande do Sul, verificando a construção, experimentação e repercussão dos eventos no Facebook, combinando estratégias de observação on-line e off-line, associadas a entrevistas com participantes dessas manifestações. Dessa forma, a autora discute a contribuição da teoria dos movimentos sociais para o estudo de ações coletivas contemporâneas e

as implicações do uso de redes sociais on-line no estabelecimento de novas maneiras de mobilização social.

Segundo Brignol (2014), as redes podem ser entendidas como

estratégias de interações sociais, espaços de intercâmbios flexíveis, dinâmicos e em constante movimento, que manifestam uma forma de estar junto, de conectar-se e formar laços, ao mesmo tempo em que podem implicar um modo de participação social cuja dinâmica leve a mudanças concretas na vida dos sujeitos ou das organizações (BRIGNOL, 2014, p. 262).

No estudo de Brignol foram identificados três momentos principais, quanto ao uso do Facebook: a troca de informações e mobilização anterior a cada protesto; o compartilhamento de conteúdo e a dinâmica de interação durante as ações; a avaliação e proposição de novos atos, após cada manifestação. Inicialmente, o Facebook foi utilizado para informar sobre as ações de protesto e convocar os participantes. Na sequência, houve discussões que auxiliaram na elaboração das pautas e na construção dos próprios posicionamentos, o que gerou conflitos entre os participantes com diferentes opiniões. Foram observadas enquetes sobre as palavras de ordem, análises das manifestações em outras cidades, crítica da cobertura da mídia, entre outras discussões. O Facebook também foi usado para a construção do formato da ação, como o uso de carro de som, temas para faixas e cartazes, opção por ações violentas ou pacíficas, utilização de máscaras ou pinturas no rosto.

De acordo com Brignol (2014), os processos de comunicação sempre foram importantes para a mobilização social e organização de suas formas de ação, mas que no contexto dos movimentos sociais em rede, a comunicação se estabelece como ponto central dentro da lógica organizativa e de constituição das próprias manifestações. Destaca que as conexões em rede expressas de diversas formas, especialmente por apropriações da internet e das redes sociais, são vistas na combinação de ações on-line e off-line, compreendidas como espaços próximos e complementares, que fazem parte do contexto social contemporâneo.

Nessa pesquisa, as mobilizações em rede foram construídas coletivamente, de maneira mais horizontal, mesclando a atuação das redes sociais digitais e a ocupação do espaço urbano. Apesar do caráter menos programático, as demandas

nesses movimentos foram elaboradas inicialmente pelo uso do Facebook. A autora ressalta que

a emergência das redes, como lógica de interação prevalente na nossa sociedade, impacta profundamente a compreensão e a experimentação dos movimentos sociais e das mobilizações contemporâneas em suas diversas dinâmicas, exigindo pensar em formulações teóricas também múltiplas, a exemplo do que passa a ser problematizado pela noção de movimentos sociais em rede (BRIGNOL, 2014, p. 271).

- O estudo de Jane A. Marques e Camila Maciel Cardoso (2013), descrito em um artigo, avaliou a importância das redes sociais digitais para as recentes manifestações no Brasil, por meio de uma pesquisa exploratória com amostra não probabilística, divulgada pelo Facebook, que utilizou a técnica de entrevistas pessoais com a aplicação de um questionário estruturado, hospedado de forma on-line em um endereço eletrônico, entre os dias 2 e 9 de julho de 2013.

Com base na pesquisa, verificaram que as redes sociais on-line tiveram influência na organização das manifestações e que foram importantes para o movimento como um todo, pela instantaneidade das informações disponibilizadas, mas apontam como limitação do estudo o fato de grande parte da amostra ser de moradores de São Paulo e formada por jovens, público que geralmente fica muitas horas do dia conectado à rede.

- José Sobreiro Filho (2015) analisa, em seu artigo, as manifestações recentes, como o Movimento Passe Livre, e destaca o aumento expressivo do uso das redes sociais digitais, assim como a criação de redes sociais independentes, e afirma que a dinâmica nas redes sociais e a presença nas manifestações são elementos que se complementam. Ressalta que as redes sociais vêm impondo nova maneira de disseminar informações, propiciando mobilizações e se firmando como importante espaço de socialização política.

- Nesse sentido, o artigo publicado na Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (2015), partindo das manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013, aponta que a abertura do leque de reivindicações foi possível pela participação de atores sociais que vislumbraram a oportunidade de divulgar as insatisfações por meio da atuação coletiva mediada pelas redes sociais digitais. Segundo esse artigo, a Internet e as

redes sociais digitais configuram-se como espaços de ação política que permitem discussões e tomadas de decisões.

- Sandra Henriques (2014), em seu artigo, analisa o uso das redes sociais na Internet e das tecnologias móveis de comunicação e informação, nas manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013.

De acordo com essa autora, a Internet expandiu as possibilidades de mobilização de grupos específicos de ativistas e também da sociedade em geral, como pôde ser observado nos protestos recentes no Brasil. Ressalta que, antes, isso não era possível, pois o sistema de mídia ligava as pessoas às grandes agências, de forma vertical, e não umas às outras.

Segundo Sandra Henriques (2014), nas manifestações de junho de 2013, o conteúdo produzido diretamente das ruas, pelos celulares dos manifestantes, era divulgado por meio de sites de redes sociais como Twitter e Facebook em tempo real e com as hashtags como #vemprarua, essas manifestações atingiram proporções ainda não vistas em movimentos organizados por intermédio da web no Brasil. A autora salienta que as novas tecnologias de comunicação e informação marcam a sociedade atual como dispositivos importantes para a interação e produção de informações e que, durante essas manifestações, o uso massivo dessas tecnologias acabou gerando uma comoção entre os indivíduos que saíram às ruas, muitas vezes, sem saber qual o motivo dos protestos, mas que sentiram a necessidade de fazer parte deles.

- Nicolle C. Sotsek e Rangel Ramiro Ramos (2013) descrevem, em um artigo, o papel do Facebook como instrumento comunicacional efetivo, durante as manifestações ocorridas em junho de 2013 em diversas cidades brasileiras.

Esses autores realizaram uma pesquisa de campo, no período de 23/07 a 07/08 de 2013, que utilizou um questionário on-line divulgado pelo próprio Facebook, cujo propósito era verificar se a percepção dos fatos estava ou não de acordo com a realidade.

A amostra foi composta por 264 internautas acima de 15 anos de idade. A maioria dos respondentes era formada por indivíduos de 15 a 30 anos de idade e 71% deles concordaram que o Facebook foi o principal responsável pelo aumento

do número de participantes nas manifestações que ocorreram em junho de 2013. Ao serem questionados sobre a eficiência de protestar utilizando o Facebook, 94% dos entrevistados afirmaram ser esta ferramenta uma oportunidade para que a reivindicação seja atendida.

De acordo com os resultados obtidos nesse estudo, os autores apontam que os participantes da pesquisa conseguiram expressar seus descontentamentos políticos e se organizar para as manifestações públicas durante o mês de junho de 2013. Também afirmam ser o Facebook um meio gratuito de reivindicar direitos e permitir que os usuários expressem suas opiniões sobre diferentes temas. Ressaltam que as redes sociais digitais potencializam a discussão que, antigamente, se limitava ao espaço físico, pela interação entre o ser humano, a máquina e a sociedade.

- Bruno Fonseca Gurão (2016), em sua dissertação de mestrado, realizada na Universidade Federal de Uberlândia, analisou as Jornadas de junho de 2013, no Brasil, baseando-se na teoria ator-rede de Bruno Latour, com o propósito de não colocar o homem e a técnica em polos opostos e de não fazer uma análise pessimista sobre a associação entre política e tecnologia. Utilizando-se dessa teoria, considera as manifestações nas ruas e as redes sociais digitais como hibridismos sociotécnicos. Conclui o seu estudo, apontando que a instabilidade que as redes sociais digitais podem provocar no poder instituído é salutar para a sociedade, considerando que os políticos se apropriam dos seus cargos como se não deveriam qualquer satisfação aos eleitores e, à medida que ocorre um distanciamento entre a voz da sociedade e da política institucional, a insatisfação cresce, as ruas gritam e as redes sociais amplificam. Ressalta que essa amplificação é perigosa para o poder instituído e, por esse motivo, ele reage e tenta controlar suas potencialidades, mas que domar a ira gestada nas ruas e reverberada nas redes é certamente bem mais difícil do que se supõe. O autor afirma que o ciberespaço não é um mundo autônomo, mas em relação mútua com o espaço não-virtual exerce pressões modificativas, que precisam encontrar correspondência social para se concretizarem.

- Fabiana Flores de Carvalho Galinari (2017) pesquisou, em sua dissertação de mestrado, realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a atuação dos movimentos MBL (Movimento Brasil Livre), VPR (Vem Pra Rua) e FBP (Frente Brasil Popular), em seus respectivos sites na Internet, durante o processo de

impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff, com o objetivo de identificar as estratégias de convocação adotadas por esses coletivos. Nesse período, alguns grupos assumiram o papel de ressaltar as deficiências do governo, justificando a necessidade do afastamento da Presidente Dilma, enquanto outros ressaltavam as qualidades e defendiam sua permanência no poder.

De acordo com Galinari, esses movimentos (MBL, VPR e FBP) contribuíram para a instalação de um grande debate público no país, destacando que o contexto político e econômico do Brasil influenciou o engajamento da sociedade civil, especialmente, a partir das manifestações de junho de 2013. Ressalta que essas manifestações se transformaram em exemplo de organização coletiva e propiciaram o desenvolvimento de grupos a favor e contra o impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Os movimentos pró e contra o impeachment, por meio de ferramentas de comunicação da Internet, passaram a convocar os cidadãos para os protestos e a pressionar os parlamentares envolvidos no processo.

Segundo essa autora, os atos pelo afastamento da Presidente tiveram início em 2014, durante as eleições presidenciais, mas a partir de março de 2015, início do segundo mandato do governo Dilma, eles alcançaram maior reconhecimento, ao terem suas reivindicações veiculadas pelas mídias de massa, e os três movimentos analisados no estudo passaram a construir suas campanhas em sites e redes sociais na Internet (a FBP, em defesa do mandato de Dilma, o VPR e o MBL, a favor do afastamento de Dilma). A autora justifica a escolha desses três movimentos para análise, pela organização e dimensão de suas campanhas e pelo expressivo número de pessoas que conseguiram reunir nas ruas.

Além do objetivo de identificar as estratégias de convocação adotadas pelos movimentos Brasil Livre, Vem Pra Rua e Frente Brasil Popular, em seus respectivos sites na Internet, Galinari também analisou as representações (política, social e econômica), nos discursos dos três movimentos, favorecendo ou não a opção pelo impeachment, as interações e as referências discursivas adotadas por eles para solicitar a participação da sociedade civil nas manifestações e também a orientação ideológica deles.

Após as análises realizadas no estudo, a autora verificou que as práticas do MBL, do VPR e da FBP em seus respectivos sites, são constituídas pela influência

dos eventos, das estruturas sociais e das redes de práticas sociais mais amplas. Explica que as tecnologias de informação e comunicação e suas práticas, a conjuntura social, política e econômica, bem como os recentes ciclos de protesto no Brasil, influenciaram a emergência desses grupos e os seus projetos mobilizadores.

A partir das análises documental e histórico-descritiva, a autora reconstruiu as bases sob as quais os grupos atuaram. Os dados coletados sobre o histórico dos movimentos e dos sites evidenciaram que alguns eventos passados, como as jornadas de junho de 2013, incidiram sobre os projetos mobilizadores do VPR e do MBL. Também constatou que o impeachment de Dilma Rousseff começou a ser construído, discursivamente, nas convocações para as manifestações de 2014, que tinham como objetivo inicial, combater a corrupção e apoiar o candidato à presidência da república, Aécio Neves.

De acordo com Galinari, as análises demonstraram que as primeiras manifestações de rua foram o reflexo das campanhas construídas no ambiente digital (sites e redes sociais) do MBL e do VPR. A autora também percebeu que os eventos políticos influenciaram a decisão dos grupos em organizar e realizar os demais atos, ficando bastante clara essa dinâmica, após a abertura do processo de impeachment.

Após análise de todos os eventos promovidos pelos três movimentos e o andamento do processo de impeachment, a autora do estudo afirma que os movimentos pró-impeachment iniciaram novo ciclo de manifestações no Brasil, durante a campanha eleitoral para Presidência da República, em 2014, e que a resposta à ofensiva desses grupos aconteceu apenas em 2015, com a organização de movimentos e sindicatos que integraram a Frente Brasil Popular. De acordo com os resultados das análises documental e histórico-descritiva, a FBP organizou e realizou maior número de manifestações de rua (30 manifestações estaduais e nacionais), em comparação com os demais movimentos (28 manifestações referentes à atuação conjunta do MBL e do VPR), durante o processo de impeachment.

A autora aponta o silenciamento e a atuação tardia da FBP, diante da ofensiva dos grupos pró-impeachment em 2014 e início de 2015, e o início posterior das campanhas da FBP, no ambiente digital, como fatores que podem ter

colaborado para o desfecho. Destaca que, sem o confronto ideológico com grupos contrários, os grupos pró-impeachment puderam ampliar sua visibilidade e desenvolver suas atividades de maneira estratégica, mobilizando maior número de pessoas para as manifestações de rua. Os resultados da pesquisa documental (coleta dos dados referentes aos eventos promovidos pelos movimentos) demonstraram que os grupos pró-impeachment receberam maior atenção por parte das mídias de massa, fato que pode ter reduzido a capacidade de convocação e mobilização da FBP.

Outro ponto levantado por Galinari foi que as práticas do MBL e do VPR geraram efeitos sobre as instituições jurídicas e políticas, destacando o pedido de impeachment, acatado pela Câmara dos Deputados, onde os juristas responsáveis pela redação do texto argumentavam, entre outras coisas, que as mobilizações desses grupos refletiam o clamor público pela mudança de governo. A autora chama a atenção para as manifestações convocadas para o dia 15 de março, por meio de sites e redes sociais, as quais registraram as maiores participações da história do país, influenciando as justificativas dos deputados em seus argumentos públicos durante a votação do impeachment.

Segundo a autora, a análise dos manifestos (no âmbito do texto), revelou que os grupos pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff construíram representações particulares sobre o momento político e a realidade social brasileira, com o objetivo de alcançar adeptos.

A autora também ressalta que mesmo com a autonomia oferecida pelas tecnologias de informação e comunicação (sites, redes sociais, etc), muitos grupos de protesto buscam ter visibilidade positiva nas mídias de massa, citando, como exemplo, os grupos favoráveis ao impeachment, que buscaram se apropriar do discurso dessas mídias para legitimar as ações que estavam empreendendo. Diferentemente, a FBP, por intermédio do seu site e das redes de comunicação das organizações que a integrava, convocava e mobilizava as pessoas, desafiando e recusando a reprodução de discursos das mídias de massa.

Galinari concluiu o seu estudo, afirmando que, por intermédio da comunicação realizada nos sites, os grupos contra e a favor do impeachment exerceram planos de ação para atingir espaços de visibilidade distintos (tradicionais

e alternativos), com o propósito de defender suas posições político-ideológicas e que, ao se comunicarem, o MBL, o VPR e a FBP atuaram de forma estratégica, construindo representações sobre temas de interesse público e influenciando os eventos que resultaram no impeachment de Dilma Rousseff.

2.3 Estudos com ressalvas e/ou críticas ao uso das redes sociais digitais

- Linda M. P. Gondim (2016), em seu artigo, analisa as manifestações que aconteceram em várias cidades brasileiras em junho de 2013, motivadas, inicialmente, pelos protestos contra o aumento das passagens dos transportes públicos em São Paulo.

Segundo a autora, houve rápida multiplicação dessas manifestações, que eram centradas na insatisfação com a política institucional, a corrupção, os escassos investimentos em educação e saúde, comparados com aqueles que foram direcionados a eventos esportivos ocorridos no Brasil, como a Copa do Mundo de 2014.

Gondim ressalta que as associações com movimentos sociais já existentes, como o movimento Passe Livre, foram pouco investigadas e que o caráter espontâneo dessas manifestações foi superestimado. A autora aponta as diferenças entre esses dois movimentos: enquanto as manifestações de junho de 2013 duraram aproximadamente um mês, alcançaram grande parte dos centros urbanos do Brasil, tiveram milhares de participantes e pautas diversas, o Movimento Passe Livre teve maior duração, menor amplitude e as pautas eram específicas. Os pontos de convergência desses dois movimentos, destacados por Linda Gondim, são a horizontalidade, a heterogeneidade dos participantes, a ausência de centros formais de comando e as articulações viabilizadas pelo uso da Internet.

A autora salienta que a mídia alternativa desempenhou papel fundamental para promover adesões expressivas às manifestações, que eram em sua maioria convocadas pelas redes sociais, mas considera que as redes sociais não devem ser superestimadas, pois seu papel foi potencializar e não criar mobilizações.

Segundo Gondim, a quantidade de informações proporcionada por elas não é equivalente à qualidade, uma vez que o uso das redes sociais aumentou de forma significativa a divulgação de dados inverídicos e o favorecimento de grupos com os

mais variados tipos de interesse. Nesse sentido, Francisco Rüdiger (2016), baseando-se no Manifesto tecnorrealista de 1998, afirma que

a tecnologia não é neutra – ela segue de maneira intencional ou não intencional as inclinações sociais, políticas e econômicas existentes na sociedade e que a internet é revolucionária, mas não utópica - para todo aspecto potencializador e iluminador da rede, haverá também dimensões que são maliciosas, perversas ou bastante ordinárias (RÜDIGER, 2016, p. 255).

Gondim frisa que, nas manifestações de junho de 2013, a mídia alternativa se sobressaiu à mídia convencional, pois o material produzido pelos próprios manifestantes acabou sendo importante fonte de difusão de notícias, contribuindo para o aumento da indignação e para despertar solidariedade.

- Livia Moreira de Alcântara (2016), no seu artigo sobre ciberativismo e dimensão comunicativa dos movimentos sociais, desmistifica a “novidade” do ciberativismo, considerando que a dimensão comunicativa não é um elemento novo para os movimentos sociais. Destaca que os atores desses movimentos, ao longo do tempo, utilizaram outras tecnologias de comunicação e que a comunicação, entendida de forma mais ampla, não se restringe aos instrumentos tecnológicos. Todavia, aponta o ciberativismo como nova forma de comunicação dos movimentos sociais, caracterizada pela reestruturação das práticas cotidianas por interações mediadas pelas novas tecnologias da comunicação e informação. Ressalta que

esse novo padrão comunicativo implica na geração de novas dinâmicas de confronto, temporalidades e espacialidades para a ação coletiva contemporânea, assim como de subjetividades políticas [...] Algumas análises têm tomado como pressuposto que a arquitetura em rede distribuída da internet garante características como horizontalidade, ausência de liderança e espontaneidade aos movimentos sociais. Na verdade, o que se tem observado é a geração de outras práticas organizativas, o surgimento de novos tipos de liderança e o deslocamento da tensão entre horizontalidade/verticalidade para outras esferas (ALCÂNTARA, 2016, p.332 e p.333).

- Julio Cesar Lemes de Castro (2015), em seu artigo, considera que as mídias sociais, cuja característica é essencialmente descentralizada, vêm conquistando espaço como instrumentos de mobilização quando comparadas aos meios de comunicação de massa, com grande impacto nas ações políticas. Destaca a flexibilidade como sendo a maior vantagem da organização em redes, facilitando a aglutinação dos indivíduos para as manifestações, e também a existência de muitos

centros de propagação que faz com que esses movimentos sejam capazes de ganhar massa crítica em pouco tempo.

Segundo Castro (2015), esse novo estilo de organização política ainda precisa comprovar eficácia duradoura e ressalta que quando os movimentos são convocados pelas mídias sociais por forças organizadas ou com uma causa definida, eles têm mais chances de ter uma liderança clara e de ser bem-sucedidos. O autor destaca que, geralmente, sua coordenação é fluida e sua ação não é tão efetiva, não significando que eles não trazem mudanças, mas que muitas vezes não conseguem dar direção a elas. Podem até conseguir a derrubada de um governo, mas sua influência declina fortemente logo depois, como o que ocorreu na Primavera Árabe. Salaria que uma revolta contra um governo conservador pode facilitar o caminho ao poder de um governo ainda mais conservador. As manifestações de junho de 2013, no Brasil, também tiveram resultado imediato como, por exemplo, a revogação do aumento das tarifas de transporte em várias cidades, que havia sido o estopim dessas manifestações, mas do ponto de vista político, os desdobramentos posteriores não apontaram nessa direção, pois nas eleições de 2014 foi eleita a mais conservadora composição do parlamento em décadas.

- O estudo “Lutas sociais e ciberespaço: o uso da Internet pelo Movimento Passe Livre nas manifestações de junho de 2013 em São Paulo”, foi realizado por Maíra Ouriveis do Espírito Santo, em sua dissertação de mestrado, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), em 2014. A autora destaca que a utilização da Internet foi fundamental e que, no segundo momento dessas manifestações, as pessoas estavam na rua não mais pela questão do preço dos transportes públicos, mas pela multiplicidade de bandeiras levantadas. Em entrevista realizada pela autora do estudo em relação ao uso da Internet, um membro da Comissão de Comunicação do Movimento Passe Livre diz que “não a desprezam, nem a superestimam e sabem que precisam incorporá-la no seu processo, mas que não podem se descolar do que está acontecendo nas ruas, de acordo com a ideia de que a Internet é uma condição necessária, mas não suficiente”. Segundo a autora, o Movimento assume não fazer uso de todas as potencialidades das redes sociais, utilizando-as principalmente para divulgar conteúdos, sem explorá-las como um ambiente de debate e conscientização política. De acordo com o discurso do Movimento Passe Livre, coletado pela autora

desse estudo, não é somente a comunicação que constrói o movimento, este se fortifica e cresce pela presença nas ruas e pelo problema concreto pelo qual se mobiliza e luta.

Maíra Ouriveis do Espírito Santo (2014), conclui o seu estudo, ressaltando a importância da Internet na construção das Jornadas de Junho de 2013, mas chama a atenção para o fato de que os atores de mais peso foram os participantes das manifestações e os usuários da rede, que circularam mais material informativo do que o próprio Movimento Passe Livre, principalmente com relatos, imagens e vídeos de agressão e também textos esclarecedores sobre a organização do transporte público em São Paulo e tabelas com índices, mostrando qual deveria ser o real valor da tarifa naquele momento.

- O estudo de Cicilia M. Krohling Peruzzo (2013), relatado em um artigo, teve como objetivo identificar os principais aspectos que caracterizaram as manifestações públicas brasileiras iniciadas em junho de 2013 e entender a presença das redes sociais e da comunicação alternativa no processo. A autora ressalta a abrangência do tema e as dificuldades de se analisar as interconexões existentes. Foi realizado acompanhamento em tempo real e virtual das manifestações e também o seguimento de coberturas da imprensa convencional e de meios de comunicação alternativos.

De acordo com Peruzzo, nas manifestações de junho de 2013, houve uma mistura de segmentos de classe e de tendências político-ideológicas, expressando o “heterogêneo”. Outro aspecto destacado pela autora foi a grande presença de jovens, os quais ajudaram a convocar essas manifestações em várias cidades brasileiras e se comunicaram de diferentes formas, do celular à Internet (Facebook, Twitter, YouTube), aos cartazes escritos à mão. Ressalta que o uso da Internet, das mídias e redes sociais virtuais e de celulares foi um diferencial relevante desses movimentos que atingiram o país, facilitando a articulação entre as pessoas e os acordos de dias, horários e locais para encontros presenciais, além de se constituírem em espaços para o debate e a troca de informações.

Segundo essa autora, inicialmente, houve violência policial justificada pelo Estado e representantes do governo e alguns meios de comunicação não

reconheceram as demandas como legítimas e desqualificaram o movimento, porém os cidadãos insistiram no direito de se manifestarem.

Cicilia M. Krohling Peruzzo questiona ser a capacidade de organização, das manifestações de junho e meses subsequentes no Brasil, devida somente à Internet e/ou às redes virtuais. Considera que essas tecnologias favorecem as mobilizações se o seu uso for associado às organizações de base popular, às comunidades e aos movimentos sociais fora do ciberespaço ou dentro dele, mas com vínculos consistentes e duradouros. Por outro lado, salienta aspectos importantes das redes sociais digitais, como espaços de discussão e confronto de identidades e interesses e também o poder de gerar efeito viral, mas afirma que, por exemplo, “altos números de curtidas não necessariamente significam engajamento de fato”. Alerta também para a existência de situações de adesão, sob a forma de perfis falsos nas redes, e a replicação de dados forjados.

Ao reconhecer a importância das redes de movimentos sociais presenciais nos protestos e nas reivindicações de 2013, no Brasil, a autora afirma que isso não quer dizer que não admita a contribuição das redes sociais virtuais para essas manifestações. Enfatiza que o movimento não começou na Internet, embora ela tenha sido fundamental para o debate e a mobilização, permitindo ações que culminaram com a presença de milhares de pessoas nas ruas de várias cidades brasileiras.

Também chama a atenção para um veículo de mídia alternativa, a Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), que ganhou destaque durante as manifestações de 2013 no Brasil. Ao gravar e transmitir imagens e sons ao vivo dos acontecimentos, passou a ser considerado um canal de informação confiável, sendo que, em algumas ocasiões, confrontou a versão da mídia convencional ou revelou fatos não cobertos por ela.

Nesse estudo, Cicilia M. Krohling Peruzzo evidenciou que o universo da comunicação é maior do que o da grande mídia e que existem outras formas de se expressar e democratizar conteúdos, por meio de tecnologias que facilitam as conexões e a formação de novas redes, as virtuais, porém sem desconsiderar a importância das redes presenciais.

- O estudo de Diana Leonardo Dias, Sheila Maria Doula e Poliana Oliveira Cardoso (2016), descrito em um artigo, teve como objetivo compreender as representações juvenis a respeito da participação política, mediada pelo uso das tecnologias da informação e comunicação, por meio de uma revisão bibliográfica e a aplicação de questionários.

As autoras constataram que a Internet para os jovens participantes da pesquisa se constitui em um espaço público de contestação, debates, mobilizações e formação de opinião, porém, acaba sendo uma forma de comodismo e que ela serve mais como uma arena de conversação civil do que propriamente uma arena deliberativa.

Scherer-Warren (2014 b), em seu artigo, também ressalta que os jovens vêm se manifestando cada vez mais pelas redes sociais, usando o suporte das novas tecnologias para se organizar, mas que isso tem sido um meio e não explica o sentido político da ação. Segundo ela, as redes virtuais divulgam, convocam e expressam posicionamentos, mas quase nunca possibilitam o aprofundamento do debate político e que as redes presenciais dos movimentos sociais organizados continuam tendo papel relevante e funcionam como espaços para aprofundar os debates.

Dias, Doula e Cardoso, destacam que, entre os participantes da pesquisa, houve consenso quanto ao fato de que a Internet é o espaço da conversação civil e do debate mais rápido, o que não estava disponível para as gerações passadas, que tinham de promover manifestações a partir do contato “face a face”, por meio de textos, *flyers*, etc. Os autores comentam que as tecnologias disponíveis, antigamente, eram limitadas e que, hoje, a comunicação está ampliada, embora na percepção dos jovens envolvidos neste estudo, a conversação por si só não basta para promover mudanças. Para eles, há necessidade de mesclar várias formas de visibilidade no espaço público e a Internet seria um complemento às formas clássicas de participação e não um substituto.

As autoras desse estudo chamam a atenção para o fato de que a Internet assumiu importante papel na conversação e mobilização rápida, de grande alcance, funcionando como agenda para que os protestos sejam marcados, mas ressaltam que as manifestações mais recentes ocorridas no Brasil foram iniciadas no espaço público virtual e seguiram para o espaço público das ruas.

- Zeca Peixoto (2014), ao analisar o papel do Facebook em seu artigo, afirma que as redes sociais digitais podem contribuir de forma relevante à democracia e à cidadania, mas, também podem atuar a favor de práticas antidemocráticas e censórias entre os usuários, de acordo com suas estratégias econômicas e seus interesses políticos. Ressalta que é necessário ter cautela ao se analisar o papel dessas mídias, ou seja, a análise deve ir além do idealismo e entusiasmo tecnicista.

- Mauricio Bozzi Tonetto (2018), em sua dissertação de mestrado, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, realizou pesquisa sobre Ciberativismo nas redes sociais, na qual analisou o Movimento Brasil Livre no pós-impeachment de Dilma Rousseff. O autor destaca que, embora o ciberativismo tenha surgido em sintonia com os ideais de independência e liberdade, também pode ser um meio para a disseminação de ódio, mentiras e para aumentar a intensidade de radicalismos.

- Gajanigo e Souza (2014) analisam, em um artigo, o impacto do uso das redes sociais em manifestações que surgiram em vários países do mundo, inclusive no Brasil, quanto à organização desses movimentos e a utilização das imagens como forma de comunicação, e apresentam uma visão crítica. Argumentam que os movimentos organizados pelas redes sociais virtuais estariam fadados à fragmentação e ao espontaneísmo, o que seria um obstáculo à luta política de fato. Fazem um contraponto, citando os movimentos clássicos da classe trabalhadora, que usam instituições políticas, como partidos, sindicatos e associações. Ressaltam que as redes sociais virtuais não se enquadram nas formas organizativas experimentadas até agora e que as relações criadas por elas são de natureza frágil, o que impediria os vínculos fortes necessários à política.

Outro aspecto destacado por esses autores é a utilização de ações performáticas e o uso das novas mídias e redes de relacionamento sociais para divulgação e publicização das imagens das manifestações.

Segundo Gajanigo e Souza, as novas tecnologias de informação e comunicação, vinculadas às mídias sociais virtuais, passaram a ser utilizadas como formas de aglutinação e convocação dos participantes, estabelecendo características diferentes daquelas existentes nos movimentos sociais anteriores e

formando um coletivo em rede, heterogêneo e múltiplo, conectado no ciberespaço. Concluem que, mesmo em caráter inacabado, as recentes manifestações sociais de ocupação dos espaços públicos trouxeram uma nova perspectiva política e social e mostraram que é possível ressignificar os instrumentos midiáticos de controle e de produção do discurso hegemônico.

- Serra Júnior e Nunes Rocha (2013), discutem em um artigo, as potencialidades de articulação dos movimentos sociais relacionadas ao uso dos recursos tecnológicos disponíveis na atualidade, argumentando que

as possibilidades democráticas que surgiram, a partir do uso massivo dos dispositivos portáteis na construção de uma suposta inteligência coletiva participativa, são ameaçadas pela estrutura capitalista que tenta controlar ideologicamente as redes digitais por meio do mesmo arsenal utilizado nas mídias tradicionais (SERRA JÚNIOR & NUNES ROCHA, 2013, p. 210)

Ressaltam não serem as ferramentas computacionais a força propulsora de mudanças, mesmo reconhecendo a importância do papel das redes digitais na mobilização das recentes manifestações, e consideram ser um grande desafio, nos tempos atuais, a consolidação dessas redes como espaços de construção de novas relações sociais e políticas.

- Sara Lemes Perenti Vitor (2015) relata, em seu artigo, a análise do comportamento dos internautas nas redes sociais virtuais, ao receberem e compartilharem informações sobre temas relacionados à política, a partir da observação do papel das redes on-line na organização das Manifestações de 2013. O mesmo estudo também abrangeu as manifestações de 2014, após as eleições presidenciais, que pediam o impeachment da recém reeleita presidente Dilma Roussef. Destaca que, nessa ocasião, esses movimentos se iniciaram nas redes sociais, sem uma discussão política sobre o momento, apresentando apenas uma revolta contra o Partido dos Trabalhadores por um determinado grupo e que a Internet começou a ser usada como instrumento de divulgação e militância, dando mais visibilidade a uma onda de “ódio” do que propriamente analisando e refletindo sobre o processo político como um todo.

A autora chama a atenção para a “crise de visibilidade”, ou seja, a divulgação de uma imensa quantidade de informações, sem a necessária averiguação ou reflexão sobre o seu conteúdo.

Essa autora, apesar de concordar que as redes sociais virtuais se tornaram importante veículo de comunicação e organização das massas, como verificado nas recentes manifestações no Brasil, salienta que a maioria das pessoas ao receber uma mensagem inicial, que normalmente é superficial e incompleta, costuma repassá-la sem buscar por informações complementares para confirmar sua veracidade.

Segundo Sara Lemes Perenti Vitor, para que o poder das redes sociais digitais seja voltado para a melhora do quadro político do país, os internautas precisam checar as informações recebidas antes de disseminá-las e também saber dialogar e refletir sobre opiniões diferentes das suas.

- Baseando-se nos protestos ocorridos no Brasil em 2013, Ovidio Mota Peixoto (2014) afirma, em seu artigo, que eles foram uma ampla manifestação por direitos de consumidor e não uma aspiração por direitos de cidadania, além de chamar a atenção para o fato de que as novas tecnologias de comunicação, tendo a Internet como símbolo, não são capazes de fornecer garantia de que estão promovendo as transformações que se apresentam como necessárias. Destaca que “o que pode estar acontecendo é o *debut* de uma geração que reclama direitos de consumidor, mais do que cidadania” e o que ocorreu nessas manifestações foi “o *recall* do eleitor-cliente contra deputados e senadores e do telespectador-cliente contra o jornalismo midiático” (PEIXOTO, 2013, p. 138 e p. 147).

Segundo esse autor, o direito de consumidor estaria substituindo a militância política, que foi muito ativa no período pós ditadura, mas que foi interrompida nos últimos 20 anos. Os indivíduos que cresceram nesse vácuo podem demonstrar forte indignação, porém, sem repertório, experiência e vivência política.

Ressalta que, no lugar do fortalecimento democrático, existe o risco de que o autoritarismo do Estado seja reforçado, junto ao controle e à vigilância que o mundo digital proporciona.

Também salienta que a utilização acrítica da Internet pode nos transformar em consumidores ávidos por comprar, atualizar, mas cada vez menos capazes de enxergar meios para transformar a sociedade, segundo a vontade coletiva e não de acordo com as necessidades individuais de consumo.

- Beatriz Becker e Mônica Machado (2014) analisaram os conteúdos do Jornal Nacional da Rede Globo e da Mídia Ninja, na cobertura dos protestos de junho de 2013, e discutem em um artigo os desafios que as mediações tecnológicas impuseram ao jornalismo audiovisual. A metodologia adotada permitiu uma leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais, em três fases distintas: descrição, análise televisual e interpretação dos resultados. Foram analisadas as edições do Jornal Nacional de 13 a 22 de junho de 2013 e os conteúdos e formatos audiovisuais do Movimento NINJA, no mesmo período.

De acordo com as autoras, nessas manifestações, a imprensa também foi alvo de protestos, acusada de manipulação, sendo que durante os atos, além de gritos como “abaixo a Rede Globo”, repórteres de grandes empresas foram hostilizados por manifestantes. Destacam que o movimento das ruas impôs uma crítica à representação da mídia brasileira identificada com o poder e que as informações sobre as manifestações chegavam à população não apenas pelos grandes veículos de comunicação do país, mas também pelas redes sociais e por projetos de comunicação alternativos, como as imagens ao vivo distribuídas na Internet pelo Movimento NINJA.

Após a análise televisual das enunciações do Jornal Nacional e do Movimento NINJA, as autoras destacam que os fatos divulgados pelas ferramentas digitais acabam impondo mudanças expressivas ao modelo tradicional do telejornalismo, porque o conteúdo audiovisual já não está mais condicionado à tela do aparelho de televisão e pode ser acessado por várias plataformas. Mas, que esse fato não significa “superação ou ultrapassagem”, pois a televisão e os telejornais continuam ocupando lugares estratégicos na construção da realidade social cotidiana. Ressaltam que, apesar da facilidade de disseminação de informações por meio dos aparelhos móveis, isso não garante que a produção de conteúdos seja mais imparcial do que a da grande mídia, porque os riscos do tratamento da informação, pelos indivíduos, no mundo on-line não são diferentes do off-line.

- Eliana Natividade Carlos (2015 b) pesquisou, em sua dissertação de mestrado na Faculdade Cásper Líbero, a situação contemporânea do jornalismo praticado pela mídia impressa, por meio de análise crítica da cobertura jornalística realizada pelo jornal Folha de S. Paulo, sobre as manifestações de junho de 2013. Também fez uma comparação entre a cobertura da Folha de S. Paulo e a cobertura

realizada pela Mídia Ninja, um veículo da mídia alternativa, levando em consideração os avanços tecnológicos e a espetacularização da sociedade. O estudo usou matérias que abrangeram três momentos da cobertura da mídia sobre os episódios: a desaprovação das manifestações; a mudança de discurso da grande imprensa, apoiando os ativistas e a volta ao primeiro estágio de desaprovação, devido ao vandalismo. Utilizou como principal referência o autor Guy Debord, crítico do espetáculo globalizado.

De acordo com Eliana Natividade Carlos, inicialmente, o principal apoio às manifestações surgiu nas redes sociais, pois, enquanto a grande mídia demonstrava pouca compreensão com o movimento, ativistas compartilhavam no YouTube e Facebook vídeos amadores, in loco, sobre a repressão policial, causando comoção e revolta. Segundo ela, muitas gravações que saíram dos celulares dos manifestantes mostraram outro olhar a respeito das manifestações, porém, um olhar também parcial, cujo interesse era o de evidenciar a violência policial, retratada dentro da lógica espetacularizada, com imagens de impacto, sem proporcionar debate mais aprofundado do tema. Relata que, após a movimentação das redes sociais, a grande mídia mudou o discurso e passou a apoiar as manifestações, contribuindo para o aumento expressivo dos participantes.

Ressalta que a sociedade atual está alicerçada nas novas tecnologias de comunicação e que é formada por indivíduos produtores e consumidores de conteúdo, cuja velocidade faz com que uma informação se sobreponha à outra, sem tempo de reflexão. Isso pode comprometer a credibilidade e o objetivo da proposta jornalística de espelho da realidade, cercando-se do maior número possível de versões de um fato para aproximar-se de maneira fidedigna do acontecimento e reportá-lo.

Comenta o papel da Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), que ganhou visibilidade nas manifestações que tomaram as ruas do país em junho de 2013, com um enfoque jornalístico que diverge da cobertura que a grande mídia se propõe, divulgando informações que não são veiculadas pelos grandes conglomerados midiáticos.

A autora chama a atenção para a espetacularização promovida tanto pela grande mídia, quanto pela mídia alternativa, com a utilização da tecnologia móvel,

ao cobrirem esses eventos, sendo que o excesso de imagens disponíveis sobre os episódios causou uma onda de desinformação. Ressalta que o discurso jornalístico ao adotar uma postura totalmente flexível, como a observada na cobertura dessas manifestações, acentua a ideia de que o importante para a imprensa é “reportar o que as pessoas querem ver, ouvir, saber, pois é fato que as identidades ideológicas deram lugar às identidades da audiência” (CARLOS, 2015b, p. 92). A atuação da Mídia Ninja chamou a atenção dos manifestantes, de usuários das redes sociais e também da mídia tradicional, que, segundo a autora, “precisa se reinventar para acompanhar os recursos disponibilizados pela Internet para não perder espaço no gosto popular” (CARLOS, 2015b, p. 92).

De acordo com Eliana Natividade Carlos, o grande desafio é aproveitar as ferramentas tecnológicas que a população tem (smartphones, computadores, redes sociais, etc) para modificar as manifestações nas ruas e não deixar somente para a grande mídia o papel de difundir informações da maneira que mais lhe convém. Por outro lado, não atribui aos grandes conglomerados de comunicação toda a responsabilidade pela manipulação da opinião pública e afirma que a tecnologia deve ser utilizada a favor da sociedade, porém, de forma mais reflexiva.

- José Artemio da Silva (2014), em sua dissertação de mestrado realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, analisou o papel do Facebook como elemento aglutinador e organizador de manifestações mundiais e brasileiras ocorridas a partir de 2011, considerando que a Internet e suas redes possibilitam maior visibilidade e acesso a informações para grande parte da população, fenômeno esse inexistente em épocas anteriores ao surgimento dessas tecnologias. Ressalta que o processo digitalizado, trazido pela Internet, modificou o tempo das ações e reações nas manifestações sociopolíticas e, enquanto se gastava muito tempo nos anos 1990 para organizar e operacionalizar uma manifestação, atualmente, isso acontece na velocidade dos circuitos cibernéticos, colocando sob questionamento as formas tradicionais de se fazer política, representadas pela verticalidade organizacional de partidos e sindicatos. Afirma que, o sistema hierarquizado e vertical das formas tradicionais de organizações políticas tem sido substituído por um sistema de relações horizontais, “destituído de lideranças fixas e de estruturas de poder enraizadas nas velhas práticas clientelistas” e que as redes

sociais on-line têm se destacado como eficiente meio de mobilização política em todo o mundo (SILVA, 2014, p.10)

Artemio da Silva questiona se o hábito de passar horas diante da tela do computador, bastante comum entre os jovens, estaria formando cidadãos individualistas e desapegados de responsabilidades políticas ou se o uso amplo da Internet, especificamente das redes sociais on-line, poderia oferecer possibilidades de grande participação política por parte desses atores.

Se, por um lado, esse autor considera o Facebook um instrumento que possibilita a troca rápida de informações e permite mobilizações políticas e agilidade nas decisões dos grupos que o utilizam, por outro lado, comenta sobre os dispositivos de controle de postagens e censura, amplamente utilizados pela empresa, a qual possui um sistema de informação sobre os seus usuários e costuma enviar relatórios para diversos países quando solicitada pelos mesmos. Destaca que, por esse motivo, o Facebook não pode ser considerado um espaço democrático, pois, as postagens embora permitidas, são controladas pela empresa e pelos governos. Também salienta o fato de ela ser uma empresa multinacional com fins lucrativos, baseada nos Estados Unidos, e profundamente inserida no contexto ideológico do neoliberalismo capitalista.

Conforme verificado nos estudos selecionados para essa revisão, todos os autores concordaram que as redes sociais digitais foram instrumentos fundamentais para a organização e divulgação das recentes manifestações ocorridas no Brasil, porém, número considerável deles aponta os efeitos indesejáveis do uso dessas redes, como a divulgação de *fake news*, a disseminação de ódio e o aumento de radicalismos.

A seguir, serão apresentados dois quadros (Quadro 2 e Quadro 3), que sintetizam os estudos analisados no capítulo 2 dessa dissertação.

Quadro 2 – Estudos com opiniões favoráveis ao uso das redes sociais digitais

Autores e ano	Objetivos	Artigo/Revista Dissertação/ Instituição	Principais resultados/conclusões
Marinho (2013)	Compreender como o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação promoveu o desenvolvimento do processo de mobilização social brasileiro no mês de junho de 2013.	Artigo. Anais Intercom.	As redes sociais digitais foram muito influentes na produção das mensagens de protesto, na condução da cobertura pelas emissoras tradicionais, na aglutinação de milhares de cidadãos, que entenderam que suas reivindicações compartilhadas e unidas poderiam ser ouvidas com mais facilidade.
Marques; Cardoso (2013)	Avaliar a importância das redes sociais digitais para as recentes manifestações no Brasil, por meio de uma pesquisa com amostra não probabilística, divulgada pelo Facebook, que aplicou um questionário estruturado, hospedado de forma on-line em um endereço eletrônico, entre os dias 2 e 9 de julho de 2013.	Artigo. Anais Intercom.	As redes sociais digitais tiveram influência na organização das manifestações. Foram importantes para o movimento como um todo, pela instantaneidade das informações disponibilizadas. Como limitação do estudo foi apontado o fato de a maior parte da amostra ser de moradores de São Paulo e formada por jovens, público que geralmente fica muitas horas do dia conectado às redes sociais digitais.
Sotsek; Ramos (2013)	Papel do Facebook durante as manifestações ocorridas em junho de 2013 em diversas cidades brasileiras, por meio de uma pesquisa de campo, que utilizou um questionário on-	Artigo. Dito Efeito. UTFPR-Campus Curitiba.	71% dos participantes da pesquisa consideraram o Facebook como sendo o principal responsável pelo aumento do número de pessoas nas manifestações e 94% deles afirmaram ser esta ferramenta uma

	line divulgado pelo próprio Facebook.		oportunidade para que a reivindicação seja atendida. As redes sociais digitais potencializam a discussão que, antigamente, se limitava ao espaço físico, pela interação entre o ser humano, a máquina e a sociedade.
Amâncio; Paula (2014)	Papel das redes sociais digitais nas manifestações de junho 2013 no Brasil.	Artigo. Anais Intercom.	A rede social digital mais utilizada foi o Facebook e sua utilização propiciou a organização e promoção de atos em diversas capitais brasileiras.
Brignol (2014)	Entender o papel das redes sociais digitais nas mobilizações de junho de 2013, no Brasil, por meio de observações no Facebook, associadas a entrevistas com participantes dessas manifestações.	Artigo. Liinc em Revista, Rio de Janeiro.	Foram identificados três momentos principais, quanto ao uso do Facebook: a troca de informações e mobilização anterior a cada protesto; o compartilhamento de conteúdo e a dinâmica de interação durante as ações; a avaliação e proposição de novos atos, após cada manifestação. As mobilizações foram construídas coletivamente, de maneira mais horizontal, mesclando a atuação das redes sociais digitais e a ocupação do espaço urbano.
Henriques (2014)	Analisar o uso das redes sociais na internet e das tecnologias móveis de comunicação e informação, nas manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013.	Artigo. Liinc em Revista, Rio de Janeiro.	O conteúdo produzido diretamente das ruas, pelos celulares dos manifestantes, era divulgado por meio de sites de redes sociais como Twitter e Facebook em tempo real e com hashtags

			<p>como #vempraru, essas manifestações atingiram proporções ainda não vistas em movimentos organizados por intermédio da web no Brasil.</p> <p>O uso massivo dessas tecnologias gerou comoção entre os indivíduos que saíram às ruas, muitas vezes, sem saber qual o motivo dos protestos, mas que sentiram a necessidade de fazer parte deles.</p>
Ramos; Oliveira (2014)	<p>Discutir o processo de interação e participação política, por meio do Facebook, no Movimento Passe Livre, em 2013, de acordo com conceitos de identidade e identificação.</p>	<p>Artigo. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba.</p>	<p>Os protestos se espalharam por várias cidades brasileiras, inclusive em locais onde o Movimento Passe Livre não possuía representantes.</p> <p>O Facebook proporcionou a interação entre indivíduos de diferentes identidades e identificações no espaço das ruas, iniciada pela interação virtual, sinalizando a importância desse veículo na sociabilidade contemporânea.</p>
Rossini (2014)	<p>Refletir sobre a apropriação das redes sociais digitais para mobilização política e social.</p>	<p>Artigo. C&S, São Bernardo do Campo.</p>	<p>O papel das redes sociais digitais é fornecer aos cidadãos novas oportunidades de comunicação, organização, mobilização e instrumentalizá-los para que suas reivindicações saiam dos limites da rede, cheguem ao espaço público e influenciem a tomada de decisões políticas.</p>

Zago; Recuero; Bastos (2014)	Papel do Twitter na difusão de informações nos protestos realizados no Brasil a partir de junho de 2013, considerando três grupos de usuários (ativistas, celebridades e imprensa).	Artigo. XXIII Encontro Anual da Compós.	Celebridades e imprensa dão visibilidade aos protestos pela cobertura dos acontecimentos, os ativistas contribuem para a repercussão dessas mensagens. Há uma retroalimentação e uma relação de complementaridade entre os três papéis analisados. Sem essa cobertura paralela à da imprensa tradicional, possivelmente, a narrativa dos protestos fosse outra.
Sobreiro Filho (2015)	Analisar as recentes manifestações, como o Movimento Passe Livre, e o aumento expressivo do uso das redes sociais digitais.	Artigo. GeoGraphos.	As redes sociais digitais vêm impondo nova maneira de disseminar informações, propiciando mobilizações e se firmando como importante espaço de socialização política. A dinâmica nas redes sociais e a presença nas manifestações são elementos que se complementam.
Universidade Federal Fluminense (2015)	Analisar as manifestações de junho 2013 no Brasil.	Artigo. Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano.	A abertura do leque de reivindicações foi possível pela participação de atores sociais, que vislumbraram a oportunidade de divulgar as insatisfações por meio da atuação coletiva mediada pelas redes sociais digitais. A internet e as redes sociais digitais configuram-se como espaços de ação política que permitem discussões e tomadas

			de decisões.
Gonçalves Rosa; Fausto Neto (2016)	Analisar as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, de acordo com a cobertura da TV Globo e das redes sociais digitais.	Artigo. Verso e Reverso, Unisinos.	Concluem que esses eventos não teriam a dimensão, a rapidez e o poder convocatório que tiveram se não fosse utilizada a comunicação via redes sociais digitais e que, talvez, esse tipo de comunicação se consolide como um espaço político capaz de dar sustentação aos movimentos sociais frente à supremacia da grande imprensa.
Gurão (2016)	Analisar as Jornadas de junho de 2013, no Brasil, baseando-se na teoria ator-rede de Bruno Latour.	Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia	Considera as manifestações nas ruas e as redes sociais digitais como hibridismos sociotécnicos. O ciberespaço não é um mundo autônomo e, em relação mútua com o espaço não-virtual, exerce pressões modificativas, que precisam encontrar correspondência social para se concretizarem.
Galinari (2017)	Pesquisar a atuação dos movimentos MBL (Movimento Brasil Livre), VPR (Vem Pra Rua) e FBP (Frente Brasil Popular), durante o processo de impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff.	Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	Os três movimentos construíram suas campanhas em sites e redes sociais na internet (a FBP, em defesa do mandato de Dilma, o VPR e o MBL, a favor do afastamento de Dilma). As tecnologias de informação e comunicação e suas práticas, a conjuntura social, política e econômica, bem como os recentes ciclos de protesto no Brasil influenciaram a emergência desses

			<p>grupos e os seus projetos mobilizadores. Os grupos pró-impeachment receberam maior atenção por parte das mídias de massa, fato que pode ter reduzido a capacidade de convocação e mobilização da FBP. As práticas do MBL e do VPR também geraram efeitos sobre as instituições jurídicas e políticas.</p>
--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 3 – Estudos com ressalvas e/ou críticas ao uso das redes sociais digitais

Autores e ano	Objetivos	Artigo/Revista Dissertação/ Instituição	Principais resultados/ conclusões
Peruzzo (2013)	Entender a presença das redes sociais digitais e da comunicação alternativa nas manifestações públicas brasileiras, iniciadas em junho de 2013.	Artigo. Matrizes, São Paulo.	<p>As redes sociais digitais favorecem as mobilizações quando o seu uso é associado aos movimentos sociais fora do ciberespaço ou dentro dele, mas com vínculos consistentes e duradouros. Existem situações de adesão sob a forma de perfis falsos nas redes sociais digitais e também a replicação de dados forjados. A Mídia Ninja transmitiu imagens e sons ao vivo dos acontecimentos e, em algumas ocasiões, confrontou a versão da mídia convencional ou revelou fatos não cobertos por ela.</p>
Serra Júnior; Nunes Rocha	Discutir as potencialidades de	Artigo. R. Katál.,	Apesar de reconhecerem a importância das redes

(2013)	articulação dos movimentos sociais relacionadas ao uso dos recursos tecnológicos disponíveis na atualidade.	Florianópolis.	sociais digitais na mobilização das recentes manifestações, não consideram que elas sejam a força propulsora de mudanças. A estrutura capitalista tenta controlar ideologicamente as redes sociais digitais por meio do mesmo arsenal utilizado nas mídias tradicionais.
Becker; Machado (2014)	Analisar os conteúdos do Jornal Nacional da Rede Globo e da Mídia Ninja na cobertura dos protestos de junho de 2013, no Brasil.	Artigo. XXIII Encontro Anual da Compós.	As informações sobre as manifestações chegavam à população não apenas pelos grandes veículos de comunicação do país, mas também pelas redes sociais digitais e por projetos de comunicação alternativos, como as imagens ao vivo distribuídas na Internet pelo Movimento NINJA. Apesar da facilidade de disseminação de informações por meio das redes sociais digitais, não há garantia de que a produção de conteúdo por elas seja mais imparcial do que a da grande mídia, porque os riscos do tratamento da informação no mundo on-line não são diferentes do off-line.
Gajanigo; Souza (2014)	Analisar o impacto do uso das redes sociais nas recentes manifestações no Brasil, quanto à organização desses movimentos e a utilização das imagens como forma de comunicação.	Artigo. Caderno CRH. Universidade Federal da Bahia.	Os movimentos organizados pelas redes sociais virtuais estariam fadados à fragmentação e ao espontaneísmo. As relações criadas por elas são de natureza frágil, o que impediria os vínculos fortes necessários à política. Divulgação e publicização das imagens das

			manifestações pelas redes sociais digitais. Possibilidade de ressignificar os instrumentos midiáticos de controle e de produção do discurso hegemônico.
Silva (2014)	Analisar as redes sociais digitais, especificamente o Facebook, como elemento aglutinador e organizador de manifestações mundiais e brasileiras ocorridas a partir de 2011.	Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	O Facebook é um instrumento que possibilita a troca rápida de informações e permite mobilizações políticas e agilidade nas decisões dos grupos. Apresenta alguns inconvenientes, como os dispositivos de controle de postagens e censura, amplamente utilizados pela empresa, que possui um sistema de informação sobre os seus usuários; ser uma empresa multinacional com fins lucrativos, baseada nos Estados Unidos, e inserida no contexto ideológico do neoliberalismo capitalista.
Espírito Santo (2014)	Uso da Internet pelo Movimento Passe Livre, nas manifestações de junho de 2013 em São Paulo.	Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista (UNESP).	A utilização da Internet foi fundamental para o movimento. No segundo momento dessas manifestações, as pessoas estavam na rua não mais pela questão do preço dos transportes públicos, mas pela multiplicidade de bandeiras levantadas. A Internet é uma condição necessária, mas não suficiente. Não é somente a comunicação que constrói o movimento. Este se fortifica pela presença nas ruas e pelo

			problema concreto pelo qual se mobiliza.
Peixoto, OM (2014)	Analisar a utilização das novas tecnologias de informação nos protestos ocorridos no Brasil em 2013.	Artigo. Liinc em Revista, Rio de Janeiro.	As novas tecnologias de comunicação, tendo a Internet como símbolo, não são capazes de fornecer garantia de que estão promovendo as transformações que se apresentam como necessárias. No lugar do fortalecimento democrático, existe o risco de o autoritarismo do Estado ser reforçado, junto ao controle que o mundo digital proporciona. A utilização acrítica da Internet pode transformar os seus usuários em consumidores ávidos, mas cada vez menos capazes de enxergar meios para transformar a sociedade, segundo a vontade coletiva e não de acordo com as necessidades individuais de consumo.
Peixoto, Z (2014)	Analisar o papel do Facebook como ferramenta nas transformações da sociedade.	Artigo (online). EDUEPB, Campina Grande/PB.	As redes sociais digitais podem contribuir de forma relevante à democracia e à cidadania. Também podem atuar a favor de práticas antidemocráticas e censórias entre os usuários, de acordo com suas estratégias econômicas e seus interesses políticos. Ressalta que é necessário ter cautela ao se analisar o papel dessas mídias. A análise deve ir além do idealismo e entusiasmo tecnicista.
Scherer-	Analisar em que	Artigo.	As redes virtuais

Warren (2014)	medida as manifestações de rua de 2013 se diferenciam organizacional e politicamente das grandes manifestações do século XX, no país.	Caderno CRH. Universidade Federal da Bahia.	divulgam, convocam e expressam posicionamentos, mas quase nunca possibilitam o aprofundamento do debate político. As redes presenciais dos movimentos sociais organizados continuam tendo papel relevante e funcionam como espaços para aprofundar os debates.
Carlos (2015)	Analisar a cobertura realizada pelo jornal Folha de S. Paulo, sobre as manifestações de junho de 2013, e comparar com a cobertura feita pela Mídia Ninja, levando em consideração os avanços tecnológicos e a espetacularização da sociedade.	Dissertação de Mestrado. Faculdade Cásper Líbero.	Inicialmente, a principal divulgação das manifestações surgiu nas redes sociais digitais, porém, com um olhar parcial, cujo interesse era o de evidenciar a violência policial, com imagens de impacto, sem proporcionar debate mais aprofundado do tema. Após a movimentação das redes sociais digitais, a grande mídia mudou o discurso e passou a apoiar as manifestações, contribuindo para o aumento expressivo dos participantes. As redes sociais digitais propagam conteúdos com grande velocidade, sem tempo de reflexão. A Mídia Ninja divulgou informações não veiculadas pelos grandes conglomerados midiáticos.
Castro (2015)	Refletir como as massas deram lugar às redes sociais digitais, na sociedade contemporânea, como modelo de organização social, em função de	Artigo. XXIV Compós (Anais).	A flexibilidade é a grande vantagem da organização realizada pelas redes sociais digitais. Facilita a aglutinação dos indivíduos. A existência de muitos centros de propagação faz com que esses movimentos sejam

	<p>mudanças nas lógicas econômica, comunicacional e de regime de dominação.</p>		<p>capazes de ganhar massa crítica em pouco tempo. Por outro lado, a coordenação de movimentos pelas redes sociais digitais, geralmente, é fluida e sua ação não é tão efetiva. Não significa que eles não trazem mudanças, mas, muitas vezes, não conseguem dar direção a elas (exemplo da Primavera Árabe).</p>
Vitor (2015)	<p>Analisar o comportamento dos internautas, nas redes sociais virtuais, ao receberem e compartilharem informações sobre temas relacionados à política, nas manifestações de 2013 e 2014, no Brasil.</p>	<p>Artigo. Anais Intercom.</p>	<p>As redes sociais virtuais foram usadas como instrumento de militância, dando mais visibilidade a uma onda de “ódio” do que propriamente analisando e refletindo sobre o processo político como um todo. Houve divulgação de imensa quantidade de informações, sem a necessária averiguação sobre o seu conteúdo. Para que o poder das redes sociais digitais seja voltado para a melhora do quadro político do país, os internautas precisam checar as informações recebidas antes de disseminá-las e também saber dialogar sobre opiniões diferentes das suas.</p>
Gondim (2016)	<p>Analisar as manifestações que aconteceram em várias cidades brasileiras em junho de 2013, motivadas, inicialmente, pelos protestos contra o aumento das passagens dos</p>	<p>Artigo. Polis, Revista Latinoamericana.</p>	<p>Os pontos de convergência desses movimentos foram a horizontalidade, a heterogeneidade dos participantes, a ausência de centros formais de comando e as articulações viabilizadas pelas redes sociais</p>

	transportes públicos em São Paulo.		digitais. O papel das redes sociais digitais não deve ser superestimado, pois foi o de potencializar e não o de criar mobilizações. A quantidade de informações proporcionada por elas não é equivalente à qualidade, uma vez que esse uso aumentou de forma significativa a divulgação de dados inverídicos e o favorecimento de grupos com os mais variados tipos de interesse.
Alcântara (2016)	Analisar o ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais.	Artigo. Política & Sociedade, Florianópolis.	A comunicação não se restringe aos instrumentos tecnológicos. Algumas análises têm tomado como pressuposto que a arquitetura em rede da Internet garante horizontalidade, ausência de liderança e espontaneidade aos movimentos sociais. Mas, o que se tem observado é a geração de outras práticas organizativas, o surgimento de novos tipos de liderança e o deslocamento da tensão entre horizontalidade/verticalidade para outras esferas
Dias; Doula; Cardoso (2016)	Compreender as representações juvenis a respeito da participação política, mediada pelo uso das tecnologias de informação e comunicação.	Artigo. Revista Sociais & Humanas.	A Internet para os jovens participantes da pesquisa se constitui em um espaço público de contestação, debates, mobilizações e formação de opinião, porém, acaba sendo uma forma de comodismo. Serve mais como uma arena de

			conversação civil do que uma arena deliberativa. Na percepção dos jovens envolvidos neste estudo, a conversação por si só não basta para promover mudanças. Para eles, há necessidade de mesclar várias formas de visibilidade no espaço público e a Internet seria um complemento às formas clássicas de participação e não um substituto.
Tonetto (2018)	Analisar o ativismo político nas redes sociais virtuais, por meio de estudo do Movimento Brasil Livre, no pós-impeachment de Dilma Rousseff.	Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.	Embora o ciberativismo tenha surgido em sintonia com os ideais de independência e liberdade, também pode ser um meio para a disseminação de ódio, mentiras e para aumentar a intensidade de radicalismos.

De um modo geral, houve certo equilíbrio quanto ao número encontrado de publicações favoráveis e mais críticas em relação ao uso das redes sociais digitais nas manifestações públicas de cunho político, ocorridas recentemente no Brasil. Nas dissertações de mestrado, predominaram as ressalvas e/ou críticas às redes sociais digitais.

Os autores francamente favoráveis, consideram as redes sociais digitais como sendo instrumentos importantes na organização das manifestações, pois, conseguem atingir, rapidamente, número expressivo de pessoas pela existência de muitos centros de propagação. Também ressaltam que as mobilizações, por meio das redes sociais digitais, são construídas coletivamente, de maneira mais horizontal. Afirmam que as recentes manifestações, que aconteceram no Brasil, não teriam a dimensão que tiveram se não fosse utilizada a comunicação via redes sociais digitais e que esse tipo de comunicação, provavelmente, irá se consolidar como novo espaço político, capaz de dar sustentação aos movimentos sociais. As redes sociais digitais, segundo esse grupo de autores, potencializam a discussão

que, antigamente, se limitava ao espaço físico. Outro aspecto levantado por eles foi a questão da divulgação em tempo real pelas redes sociais, como Twitter e Facebook, de conteúdos produzidos diretamente das ruas, pelos celulares dos manifestantes, fenômeno que, supostamente, fez aumentar o número de participantes.

Os autores com ressalvas e/ou críticas, destacam os efeitos indesejáveis das redes sociais digitais, como a divulgação de *fake news*, o aumento de radicalismos, a disseminação de ódio, além do fato de elas propagarem conteúdos com grande velocidade, sem tempo de reflexão pelos seus usuários. Alguns estudiosos do assunto não consideram que as mobilizações promovidas pelas redes sociais digitais tenham poder necessário para promover mudanças na sociedade. Afirmam que os movimentos organizados por elas estão fadados à fragmentação e ao espontaneísmo, pois as relações criadas são de natureza frágil, o que impediria os vínculos fortes necessários para isso. Existem autores que concordam que as redes sociais digitais conseguem expressar e divulgar posicionamentos, mas que elas quase nunca possibilitam o aprofundamento do debate e que as redes presenciais dos movimentos sociais organizados continuam tendo papel relevante e funcionam como espaços para aprofundar as discussões. Ressaltam que as redes sociais digitais podem contribuir para a democracia e cidadania, mas que também podem atuar a favor de práticas antidemocráticas e censórias, de acordo com seus interesses políticos.

No próximo capítulo, no qual se finaliza esta dissertação, estão descritas as considerações finais sobre a pesquisa, baseadas nos estudos selecionados pela revisão sistemática da literatura, estudos estes que foram criticamente analisados pelo autor.

3. Capítulo 3 - Considerações finais

O tema desse estudo é bastante complexo, pelas dificuldades em se analisar as interconexões existentes entre manifestações públicas de cunho político no Brasil, nos últimos anos, e o papel das redes sociais digitais em tal processo. Sobremaneira quando se considera que este fenômeno é recente e só pode ser corretamente compreendido se acionadas perspectivas contemporâneas da Comunicação, qualificadas para interpretar sem muitas deformações conceituais e teóricas os processos digitais em interface com a vida tangível. Assim, permitindo se compreender as redes constituídas na Internet e as redes físicas como uma única rede, que se retroalimenta pelo contato entre as pessoas e as tecnologias, de maneira muito diversa da realizada, por exemplo, quando os aparatos de comunicação de massa eram a principal, senão a única, fonte de informação para uma parcela considerável da população.

Sem dúvidas, qualquer análise a respeito de um fenômeno tão recente quanto múltiplo corre o risco de cometer uma série de equívocos. Mas, a ciência não pode ser paralisada pela possibilidade do erro. De modo que, após a leitura de obras de autores de referência na Área da Comunicação, apresentados no “Capítulo 1”, e a análise dos materiais selecionados para este trabalho, a partir dos procedimentos metodológicos descritos no “Capítulo 2”, algumas considerações serão realizadas. Notadamente no que se circunscreve à construção de interpretações pelo Campo da Comunicação, sobre as recentes manifestações de cunho político ocorridas no Brasil.

Os protestos que aconteceram em várias cidades brasileiras a partir de junho de 2013 tiveram um elemento relativamente novo, em comparação com manifestações anteriores, que foi o uso das tecnologias digitais de comunicação para organizá-los e difundir informações fundamentais a respeito deles. As recentes manifestações sociais de ocupação dos espaços públicos trouxeram uma nova perspectiva política e social e mostraram que é possível, sim, ressignificar os instrumentos midiáticos de controle e de produção do discurso hegemônico (GAJANIGO; SOUZA, 2014).

O uso da Internet, das redes sociais digitais e de celulares, tecnologias criadas para outros propósitos, foi um diferencial desses movimentos que atingiram o país, recentemente, facilitando a articulação entre as pessoas e os acordos de dias, horários e locais para encontros presenciais, além de se constituírem em espaços para o debate e a troca de informações, muitas vezes, invisibilizados pelos veículos de comunicação de massa.

As redes sociais digitais passaram a ser, então, um instrumento imprescindível para a organização de movimentos sociais, devido à poderosa força de aglutinação por elas propiciada, força esta oriunda, em algum grau, do próprio desejo dos atores em se manifestar como multidão, para mais uma vez seguir com Hardt e Negri (2005). Esse fato pôde ser observado nas manifestações, que atravessaram as redes digitais e ganharam as ruas de muitas cidades brasileiras em 2013. De acordo com Ilse Scherer-Warren,

a convocatória pelas redes sociais virtuais, trouxe o povo para rua quase em tempo real, ampliando o número de manifestantes e os locais de protestos. Isso causou uma enorme visibilidade na mídia e o respectivo impacto político, produzindo uma resposta rápida da parte do sistema político. Mas também produziu uma diversidade de demandas, muitas vezes conflitivas e antagônicas entre si (SCHERER-WARREN, 2014 b, p. 417).

Scherer-Warren (ibid., p.420), porém, destaca que “no sistema de informação, foram relevantes as redes sociais virtuais, as redes sociais presenciais e as mídias (a grande e as alternativas)”. Na verdade, este amplo uso das redes sociais digitais nas manifestações, no mundo todo, evidencia uma nova forma de se fazer política, amalgamada ao ato de se comunicar em redes digitais. Mas, é importante ressaltar que ela não é nem melhor, nem pior do que as formas tradicionais de se manifestar, ela é apenas diferente. Os movimentos que fazem uso de redes sociais digitais estão sujeitos aos mesmos vícios e às mesmas manipulações que os movimentos tradicionais de contestação.

Um exemplo recente envolvendo as redes sociais digitais e o universo da política é o dos chamados “Coletes Amarelos”, na França. O movimento ganhou esse nome devido aos coletes de segurança utilizados pelos manifestantes (item obrigatório nos veículos para ser usado pelos motoristas em casos de emergência). A ideia do uso dos coletes obrigatórios aos motoristas veio justamente da principal pauta do movimento: a redução do preço dos combustíveis, cujo valor elevado afeta principalmente moradores dos subúrbios, das áreas rurais e os caminhoneiros que

são dependentes de seus veículos. A pauta, que começou pela redução dos impostos sobre os combustíveis, evoluiu para uma insatisfação generalizada com o custo de vida. O desmonte do estado de bem-estar social francês e a alta nos impostos são uma combinação explosiva e que tem forte apelo junto às camadas médias da população, que veem sua posição social e seu poder de compra ameaçados. Esse movimento ganhou força e reivindicou, inclusive, a queda do presidente Macron (CHARLAUX, 2018).

O movimento dos Coletes Amarelos guarda algumas semelhanças com as chamadas Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, ou seja, o caráter alegadamente espontâneo das manifestações, a horizontalidade, com ausência de líderes identificados e o amplo uso das redes sociais digitais na organização do movimento e na convocação para os atos. Outra similaridade com as Jornadas de Junho de 2013 é a disputa pela liderança do movimento. Partidos mais alinhados à esquerda consideram os Coletes Amarelos “um verdadeiro movimento popular de massas”, enquanto a extrema direita alega que o movimento vem de uma “classe popular esquecida e ignorada pelas elites francesas”. Nas Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, as correntes mais progressistas acabaram por perder força e, gradativamente, se retiraram dos atos que passaram a ter sentido diverso daquele que originara o movimento (CHARLAUX, 2018).

Segundo Leonardo Sakamoto (2013), as tecnologias de comunicação, como Facebook e Twitter, não são apenas ferramentas de descrição, mas de construção e reconstrução da realidade e, gradativamente, modificam também a maneira de fazer política e as formas de participação social. Luciana Tatagiba (2014) aponta o deslocamento da centralidade dos partidos e a importância assumida pelas redes sociais digitais na mobilização e no recrutamento, como sendo as principais diferenças entre as manifestações de 2013 e aquelas ocorridas nos anos de 1992 e 1984, no Brasil.

Apesar de o papel relevante das redes digitais nos atuais movimentos sociais, eles surgem da contradição e dos conflitos existentes na sociedade. Como afirma Castells (2013, p.15), “os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais”. O mesmo autor (ibid., p.20) considera que o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre

as redes sociais da Internet e o espaço urbano ocupado pelas pessoas, constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora. Dessa forma, as redes sociais digitais seriam componentes importantes, mas não suficientes para a ação coletiva.

Nesse sentido, de acordo com a teoria ator-rede de Bruno Latour, nos processos sociais há sempre a interação da tecnologia e do humano, não sendo adequado atribuir somente à tecnologia o aparecimento de mudanças sociais. A partir da associação homem/técnica, tanto o humano quanto o objeto técnico mudam com a nova relação, não existindo o determinismo da técnica sobre o humano (materialismo) e nem o determinismo do humano sobre a técnica (antropocentrismo). Na teoria ator-rede, o social tem caráter híbrido e deve ser entendido como um coletivo sociotécnico de entidades humanas e não humanas (SANTAELLA; CARDOSO, 2013).

Todos os autores estudados concordaram que, nas recentes manifestações brasileiras, as redes sociais digitais foram essenciais para a organização e divulgação dos movimentos e propiciaram a participação de número significativo de pessoas. Muitos estudiosos do assunto, porém, apontaram os efeitos adversos do uso das redes sociais digitais, como a divulgação de notícias falsas, a propagação de ódio e o aumento de radicalismos.

Um ponto negativo levantado foi a possibilidade de as mídias sociais digitais poderem atuar a favor de práticas antidemocráticas e censórias entre os seus usuários, sendo, assim, necessária cautela ao se analisar o papel delas. Outro aspecto destacado, especificamente a respeito do Facebook, foi o fato de essa empresa possuir um sistema de informação sobre os seus usuários e enviar relatórios para diversos países quando solicitada pelos mesmos, além de ser uma empresa multinacional com fins lucrativos, baseada nos Estados Unidos, e profundamente inserida no contexto ideológico do neoliberalismo capitalista (SILVA, 2014). Ovidio Mota Peixoto (2014) ressalta que, no lugar do fortalecimento democrático, existe o risco de o autoritarismo do Estado ser reforçado, junto ao controle e à vigilância que o mundo digital proporciona.

Após análise dos estudos selecionados para esta pesquisa, pôde-se observar que a maioria deles diz respeito às manifestações ocorridas em cidades

brasileiras, em junho de 2013, provavelmente, devido à magnitude dos protestos nesse período e à consequente repercussão nos diversos veículos de comunicação.

A produção da Área de Comunicação sobre as relações entre redes sociais digitais e manifestações de cunho político no Brasil, no período de 2013 a 2017, observada por meio desta revisão sistemática, foi bastante profícua e permitiu reflexões sobre esse tema. Apesar dos efeitos indesejáveis relacionados ao uso das redes sociais digitais, apontados por alguns autores e já descritos anteriormente, a maioria deles concorda que essas ferramentas foram fundamentais para a organização e a grande abrangência das recentes manifestações ocorridas em várias cidades brasileiras. Por outro lado, existem autores que ressaltam que os debates realizados via redes sociais virtuais são superficiais e efêmeros, sem o aprofundamento necessário para viabilizar projetos de mudança na sociedade. Outra questão destacada foi a fluidez da coordenação dos movimentos convocados pelas redes sociais digitais, fato que, muitas vezes, implica em falta de direcionamento às mudanças propostas. Também foi salientado que as redes sociais digitais disseminam informações com grande velocidade, mas não há garantia de que a produção de conteúdo seja mais imparcial do que a da grande mídia. As redes sociais digitais não devem, portanto, ser vistas como uma panaceia, que irá propiciar a construção de uma sociedade democrática e atenta aos anseios de todos, nem demonizadas pelos riscos inerentes ao seu uso.

Por isto, ter encontrado como resultado final da revisão de literatura realizada, certo equilíbrio entre as perspectivas tecnófila e cibercriticista na produção da Área de Comunicação a respeito do tema desta dissertação é algo animador. De um lado, este dado revela que há alguma liberdade de pensamento no Campo da Comunicação, dentro do Brasil, não existindo uma escola ou um paradigma predominante, e sim a multiplicidade de perspectivas, organizada com muitas gradações nas grandes frentes indicadas a partir de Rüdiger (2016). O que é muito salubre para a produção científica, que se permite ser ambivalente.

Do outro lado, evidencia-se que as manifestações de cunho político organizadas com o auxílio dos meios de comunicação digital apontam, de fato, para um novo campo de estudos dentro da Área, já que a matéria foi objeto da produção de ao menos 17 artigos em revistas indexadas, 06 dissertações e 07 trabalhos em anais dos encontros mais representativos da Área, sendo 04 na Intercom e 03 na

Compós. Não é pouco e, isto, sugere que os comunicólogos abraçaram como objeto a política que se faz nas ruas e redes digitais, mediada por tecnologias da comunicação. Talvez, anunciando a criação de uma nova subárea, na qual se entrelaçam a bibliografia especializada nos processos de comunicação digital, a Ciência Política e certa volta ao corpo ou ao concreto, considerada por Norval Baitello Jr (2013) como “comunicação presencial na era telemática”, parafraseando o título do seu artigo.

Referências

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e a Dimensão Comunicativa dos Movimentos Sociais: repertórios, organização e difusão. *Política & Sociedade*, Florianópolis; v. 15, n. 34; set./dez. 2016.

AMÂNCIO, Marina; PAULA, Leandro de. A Utilização das mídias digitais nas manifestações ocorridas no Brasil em 2013. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Foz do Iguaçu, 2 a 5/9/2014.

ANTOUN, Henrique. O poder da comunicação e o jogo das parcerias na cibercultura. Texto apresentado no GT de Tecnologias Informacionais da Comunicação da XIII Compós, em São Bernardo/SP, junho de 2004. Disponível em http://www.comunica.unisinos.br/tics/textos/2004/2004_ha.pdf. Acesso em: 11/05/2018.

BAITELLO JR, Norval. Os sentidos e as redes. Considerações sobre a comunicação presencial na era telemática. In: BARBOSA, M.; MORAIS O.J. (Orgs.). *Comunicação em tempo de redes sociais*. São Paulo: Intercom, 2013, p. 59-65.

BECKER, Beatriz; MACHADO, Mônica. Brasil entre as telas e as ruas: produção e consumo das narrativas jornalísticas audiovisuais sobre os protestos nacionais de junho de 2013. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. XXIII Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Pará, 27 a 30 de maio de 2014.

BRIGNOL, Liliane Dutra. #Vem pra rua Santa Maria: movimentos sociais em rede, mobilização social e usos do Facebook em ações de protesto. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.258-272, maio 2014. <http://www.ibict.br/liinc>

CARLOS, Eliana Natividade. O jornalismo nas manifestações de junho de 2013 e a sociedade do espetáculo. In: COELHO, C.; KÜNSCH, D.A.; MENEZES, J.E.O. (Orgs.). *Jornalismo e contemporaneidade: um olhar crítico*. São Paulo: Plêiade, 2015 a. p. 133-154.

CARLOS, Eliana Natividade. A mídia e as manifestações de junho de 2013: uma análise de produtos midiáticos. Dissertação (Mestrado). Faculdade Cásper Líbero. Programa de Mestrado em Comunicação, linha B – “Produtos Midiáticos, Jornalismo e Entretenimento”, 2015 b. 96 p.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. RJ: Zahar, 2013. 271 p.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. Das massas às redes: comunicação e mobilização política. Anais do XXIV COMPÓS: Brasília/DF, 2015.

CHARLAUX, João Paulo. Quem são os coletes amarelos que protestam na França. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/11/27/Quem-s%C3%A3o-os-coletes-amarelos-que-protestam-na-Fran%C3%A7a>. Acesso em: 12/01/2019.

CNT/MDA Pesquisa. Relatório síntese. Rodada 114 - 07 a 10 de julho de 2013. <http://www.cnt.org.br/Imagens%20CNT/PDFs%20CNT/Pesquisa%20CNT%20MDA/Relatorio%20SINTESE%20-%20CNT%20JULHO2013%20-%20R114%20-%20%FINAL.pdf>. Acesso em: 10/11/2017.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, Mônica Cecilia; TAKAHASHI, Renata Ferreira; BERTOLOZZI, Maria Rita. Revisão sistemática: noções gerais. Rev Esc Enferm USP; v.45, n.5, p.1260-1266, 2011.

DIAS, Diana Leonardo; DOULA, Sheila Maria; CARDOSO, Poliana Oliveira. Participação política nas redes sociais: um estudo com jovens universitários. Revista Sociais & Humanas; vol. 30; n. 1, 2017.

ESPÍRITO SANTO, Maíra Ouriveis do. Lutas sociais e ciberespaço: o uso da internet pelo Movimento Passe Livre nas manifestações de junho de 2013 em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014. 123 p.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Política e sociedade: as manifestações de rua de 2013 e 2015. 12 de maio de 2015. <http://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/politica-e-sociedade-as-manifestacoes-de-rua-de-2013-e-2015/>. Acesso em: 15/04/2018.

GAJANIGO, Paulo Rogrigues; SOUZA, Rogério Ferreira de. Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica. Caderno CRH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, vol. 27, nº. 72, p. 577-592, set./dez. 2014.

GALINARI, Fabiana Flores de Carvalho. Ativismo na Internet e o impeachment de Dilma Rousseff: as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. 173 p.

GARTON Laura; HAYTHORNTHWAITE, Caroline; WELLMAN, Barry. Studying Online Social Networks. Journal of Computer Mediated Communication, n. 3, v. 1,1997. Disponível em: <http://www.ascusc.org/jcmc/vol3/issue1/garton.html>. Acesso em: 02/06/2018

GOMES, Isabelle Sena; CAMINHA, Iraquitã de Oliveira. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano. Movimento, Porto Alegre, v. 20, n. 01, p. 395-411, jan./mar. 2014.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. Polis, Revista Latinoamericana, volumen 15, nº 44, p. 357-379, 2016.

GURÃO, Bruno Fonseca. Junho de 2013: o mês que não começou. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Uberlândia, 2016. 189 p.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005. 532 p.

MARICATO, Ermínia et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. 112 p.

HENRIQUES, Sandra. As Manifestações no Brasil e a formação de redes sociais móveis no contexto da sociedade atual. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.211-226, maio 2014. <http://www.ibict.br/liinc>

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013. 278 p.

MARADEI, Anelisa. Protestos na sociedade midiaticizada. Revista Comunicare, v. 15, n. 1, 1º semestre de 2015.

MARINHO, Karla Azeredo Ribeiro. A Copa das Manifestações: Redes Sociais, Emoções e Movimento Popular. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Bauru, SP, 03 a 05/07/2013.

MARQUES, Jane Aparecida; CARDOSO, Camila Maciel. Manifestações e protestos no Brasil: a força das redes sociais online. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, AM, 4 a 7/9/2013.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Teoria das mídias digitais. Linguagens, ambientes e redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 291 p.

PEIXOTO, Ovidio Mota. 2013, o ano em que a geração y debutou nas ruas como consumidora. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.138-148, maio 2014. <http://www.ibict.br/liinc>

PEIXOTO, Zeca. O Facebook para além da rede social. O usuário como consumidor-mercadoria. In: PORTO, C; SANTOS, E., orgs. Facebook e educação:

publicar, curtir, compartilhar [online]. Campina Grande: EDUEPB, pp. 221-236, 2014. ISBN 978-85-7879-283-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 10/11/2018.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?). Matrizes, São Paulo, ano 7, nº 2, p.73-93, jul./dez. 2013.

PRADO, Ana; COELHO, Marcela. Relembre manifestações populares que marcaram a história do Brasil. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/relembre-manifestacoes-populares-que-marcaram-a-historia-do-brasil/>. Acesso em: 12/01/2019.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Agosto de 2007. 21 p.

PRIMO, Alex. O que há de social nas mídias sociais? Reflexões a partir da teoria ator-rede. Contemporânea|Comunicação e Cultura, v.10, n.3, p.618-641, set-dez 2012.

PUTNAM, Robert David. Bowling Alone: The collapse and revival of American Community. New York: Simon e Schuster, 2000.

RAMOS, Alexandre; OLIVEIRA, Régia. Indivíduos, sociedade, tecnologia: as manifestações nas ruas das cidades brasileiras e as redes sociais. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, vol. 10, n. 20, p.176-187, jul./dez. 2014.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura). 191 p.

RITTER, Eduardo. Conhecimento de si mesmo e comunicação cidadã: do conformismo à ação nos protestos de junho de 2013. Intercom – RBCC. São Paulo, v.39, n.2, p.115-129, maio/ago. 2016.

ROLNIK, Raquel. Viva a voz das ruas. 7 de julho de 2011. <https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/espaco-publico/>. Acesso em: 20/05/2017.

ROSA, Keila Cristina Gonçalves; FAUSTO NETO, Tiago Quiroga. As redes como agente de fermentações sociais: é possível? Verso e Reverso, v.30, n.75, p.161-172, set./dez. 2016. Unisinos - doi: 10.4013/ver.2016.30.75.01

ROSSINI, Patricia Gonçalves da Conceição. Das redes para as ruas: mídias sociais como novas “armas” na luta por reconhecimento? C&S, São Bernardo do Campo, v. 36, n. 1, p. 301-325, jul./dez.2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v36n1p301-325>

RÜDIGER, Francisco. As Teorias da Cibercultura: perspectivas, questões e autores. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2016. 319 p.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. pp. 95-100.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Rev. bras. fisioter., v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTAELLA, Lucia; CARDOSO, Tarcísio. O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour. Matrizes; v. 9, n. 1, p.167-85, 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Editora Appris, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. Política & Sociedade; vol. 13; n. 28, p.13-34, 2014 a.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. Caderno CRH; vol. 27, n. 71, p. 417-429, 2014 b.

SERRA JUNIOR, Gentil Cutrim; ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 205-213, jul./dez. 2013.

SILVA, José Artemio da. A democracia em rede: um estudo das manifestações recentes e o uso das redes sociais on-line. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014. 93 p.

SOBREIRO FILHO, José. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP. GeoGraphos, 6 de enero de 2015, vol. 6, nº 73, p. 1-29. [DOI: 10.14198/GEOGRA2015.6.73].

SOTSEK, Nicolle Christine; RAMOS, Rangel Ramiro. Facebook: uma análise sobre a onda de manifestações e protestos em junho de 2013 no Brasil. Dito Efeito, UTFPR-Campus Curitiba, ano IV, v. 4, n. 5, jul./dez. 2013.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protesto e democracia no Brasil. Política & Sociedade, Florianópolis, vol. 13, nº 28, p. 35-62, set./dez 2014.

TONETTO, Mauricio Bozzi. Ciberativismo nas redes sociais: um estudo do Movimento Brasil Livre no pós-impeachment de Dilma Rousseff. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. PUCRS, 2018. 245 p.

TULLA I PUJOL, Antoni Francesc; ROCHA, Fernando Goulart; SAMPAIO, Fernando dos Santos. Manifestações populares no Brasil atual: sociedade civil em rede e reivindicações sobre o poder político. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica. El control del espacio y los espacios de control. Barcelona, 5-10 de mayo de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano. Redes sociais digitais na esfera pública política: exercícios de cidadania. Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano. Artigo Seção Dossiê Mídia e Cidade, v. 6, n. 6, julho 2015.

VITOR, Sara Lemes Perenti. As Redes Sociais: entre a Informação Compartilhada, o Ativismo Político e a Crise da Visibilidade. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, RJ, 4 a 7/9/2015.

ZAGO, Gabriela; RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco Toledo. Quem retuita quem? Papéis de ativistas, celebridades e imprensa durante os #protestosbr no Twitter. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. XXIII Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Pará, 27 a 30 de maio de 2014.